

# Diário do Legislativo de 23/05/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL  
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente  
Rodrigues

Deputado Ailton PSDB Vice-Presidente  
Vilela

Deputado Alberto PFL  
Bejani

Deputado Ambrósio PTB  
Pinto

Deputado Pedro PPB  
Pinduca

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB  
Pinto

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB  
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PSDB  
Patrús

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente  
Hauelsen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB  
Adauro

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB  
Andrade

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PSB Presidente  
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz Tadeu PMDB  
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB  
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente  
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro PSD  
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSDB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Adauto	Anderson PMDB	
Deputado Rêmolô Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Faria	Luiz Fernando PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Vieira	Sebastião Navarro PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Gil Pereira	PPB	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton	PL	Presidente
Deputado Fábio Avelar	PPS	Vice-Presidente
Deputado Andrade	Antônio PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSDB	
Deputado Haueisen	Maria José PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George	PL	
------------------------	----	--

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson PMDB  
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério PT  
Correia,

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente  
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL  
Vieira

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pedro Pinduca      PPB

Deputado    Adelino    de    PMDB  
Carvalho

Deputado Mauro Lobo      PSDB

Deputado                  Marcelo    PDT  
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro      PSD

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis      PPS      Presidente

Deputado José Braga      PMDB      Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta      PSDB

Deputado Elaine Matozinhos    PSB

Deputado Adelmo Carneiro    PT  
Leão

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu      PPS

Deputado Jorge Eduardo    de    PMDB  
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio      PSDB

Deputado Edson Rezende      PSB

Deputado Rogério Correia      PT

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro    PSD      Presidente  
Silva

Deputado Bené Guedes      PDT      Vice-Presidente

Deputado    Adelino    de    PMDB  
Carvalho

Deputado João Leite      PSDB

Deputado Luiz Menezes      PPS



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente  
Santiago

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB  
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB  
Rezende

Deputado Amilcar PSDB  
Martins

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio PMDB  
Cunha

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor PL  
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB  
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - DELIBERAÇÃO DA MESA

3 - ATAS

3.1 - Reunião de Debates

3.2 - 244ª Reunião Ordinária Interrompida

3.3 - 156ª Reunião Extraordinária

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

CONCURSO PÚBLICO

LOCAIS DE PROVA - 2ª ETAPA				
27/05/2001				
Cód.	Cargo	Candidatos	Prédio	Endereço
101	Procurador	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
201	Analista de Sistemas/Desenvolvimento	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras

202	Analista de Sistemas/Suporte	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
301	Bibliotecário	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
401	Comunicador Social/Jornalismo	De Acyr Bemfica de Faria A Patrícia Maria Melillo Lima	Cotemig - Unidade Barroca	R. Santa Cruz, 546 - Barroca
401	Comunicador Social/Jornalismo	De Patrícia Regina de Paiva Aranha A Wamberto Castro Noronha	Cotemig - Unidade Floresta	R. Itajubá, 223 - Floresta
402	Comunicador Social/Relações Públicas	Todos	Cotemig - Unidade Floresta	R. Itajubá, 223 - Floresta
501	Consultor Área I	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
502	Consultor Área II	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
503	Consultor Área III	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
504	Consultor Área IV	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
505	Consultor Área V	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
506	Consultor Área VI	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
601	Engenheiro Eletricista	Todos	Colégio Promove - Mangabeiras	Av. Bandeirantes, 2222 - Mangabeiras
701	Redator - Revisor	Todos	E.E. Gov.Milton Campos - F. Tourinho	R. Fernandes Tourinho, 1020 - Lourdes
801	Taquígrafo	Todos	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	R.Rodrigues Caldas, 30 - Palácio Inconfidência-Santo Agostinho
<b>CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE SOLICITARAM CONDIÇÕES ESPECIAIS.</b>				
Local da Prova:		E.E. Gov. Milton Campos	Endereço :	R Fernandes Tourinho, 1020-Lourdes

### DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.039/2001

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 23/5/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.984, de 20/2/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 4 horas	AL-41

Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 22 de maio de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 21/5/2001

Presidência do Deputado Marco Régis

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Geraldo Rezende - José Henrique - Marco Régis - Rêmolo Aloise - Sávio Souza Cruz.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 244ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 17/5/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras do Sr. Leopoldo Portela Júnior - Palavras da Deputada Elaine Matozinhos - Entrega de placa.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Desembargador Murilo Pereira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; Milena Cataldo, Diretora da Defensoria Pública do Interior, representando a Sra. Noema Guaraciaba Gomes Pereira, Procuradora-Chefe da Defensoria Pública de Minas Gerais; e Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

## Destinação da Interrupção

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a comemorar o Dia do Defensor Público.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os convidados a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Deputado Edson Rezende

Exmos. Srs. Wanderley Ávila, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando neste momento o Presidente, Deputado Antônio Júlio; Desembargador Murilo Pereira, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais; representando a Defensoria Pública e Procuradora-Chefe Dra. Moema Guaraciaba Gomes, a Diretora da Defensoria Pública do Interior de Minas Gerais, Dra. Milena Cataldo; Srs. Defensores Públicos, Sras. Defensoras Públicas, ilustres colegas da Casa, Deputados e Deputadas, senhores, senhoras e telespectadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente. "Cura pauperibus clausa est", dizia Ovídio. Essa expressão quer dizer: "o tribunal está fechado para os pobres". Passados os séculos, não podemos dizer que a situação esteja muito diferente da de hoje. É essa constatação, somada a nosso compromisso de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, que nos traz a esta tribuna.

Estamos aqui, nesta tarde, para comemorar o Dia do Defensor Público, homenageando essa categoria e usando da data para introduzir, com maior ênfase, na agenda política desta Casa, os desafios e as possibilidades que a questão da defensoria pública e dos Defensores Públicos encerra.

Dentre os princípios que norteiam a atuação do Estado moderno emerge com força ímpar o da igualdade de tratamento a todos os seres humanos. Nossa Constituição, tendo-se banhado na fonte da democracia, democracia social, diga-se de passagem, demonstrou sensibilidade no trato do acesso à justiça pelo indivíduo. Sobressaiu, nessa produção constituinte, a inscrição da Defensoria Pública como órgão destinado a facilitar do cidadão pobre o acesso à justiça, sendo, por isso mesmo, essencial à função jurisdicional do Estado.

A realidade social brasileira tem demonstrado, ao longo dos anos, que não se pode crer na aplicabilidade do princípio do livre acesso ao Judiciário, quando vastas camadas da sociedade, constituindo uma massa oprimida por condições precárias de vida, são, e sempre foram, excluídas da justiça convencional.

O principal instrumento que tem a sociedade para enfrentar essa situação, mudando essa tradição e assegurando o livre acesso ao judiciário e a efetividade dos direitos subjetivos, é uma Defensoria Pública independente, forte e comprometida com suas finalidades.

Consagrada como inovação constitucional de suma importância, a Defensoria Pública assegura a todos, e não apenas aos que têm dinheiro, o acesso à Justiça para a defesa de seus inalienáveis direitos. Trata-se de um direito subjetivo do cidadão e dever do Estado, sendo essencial à distribuição da justiça. Nossa defesa de uma democracia abrangente e verdadeiramente participativa nos impõe lutar por uma Defensoria Pública forte, como desejou o constituinte de 1988.

Já no nascer da Constituição de 1988, escreveu Humberto Barbi, a propósito da inovação contida no "status" conferido à Defensoria, que "cumpre dar a essa nova instituição os meios para assegurar a prestação jurisdicional de forma ampla e segura. Criar a Defensoria Pública por si só não basta. Necessário será dar-lhe meios para superar suas dificuldades". São esses meios que possibilitarão uma Defensoria Pública tal como desejada pela população. É trágico que, passados 12 anos da promulgação da Constituição, notamos que ainda não foram dados à Defensoria Pública os meios para que cumpra sua vocação de levar justiça a qualquer que dela necessitar.

Ressaltamos que é imensa a dívida do Estado brasileiro com sua população no que tange ao acesso ao Judiciário. Fruto da crescente exclusão social de que é vítima nosso povo, temos da maior parte da população um sentimento de desilusão, quando não de contestação a nossas instituições, incluindo-se aí o descrédito na Justiça, que sempre serviu ao estamento dominante.

Vê-se, então, que a importância que conferimos à atuação da Defensoria e dos Defensores e as reivindicações que fazemos em defesa da plenitude de suas prerrogativas encontram raiz em uma demanda histórica de nosso povo por acesso à Justiça, até hoje um privilégio de poucos. Nesse sentido, cobramos do Governo Estadual um compromisso contundente com a distribuição de justiça ao povo mineiro, mediante a adoção de mecanismos que possibilitem à Defensoria Pública o cumprimento de seu papel.

Editorial da Revista do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública de março deste ano realça a importância da Defensoria Pública dentro do panorama político atual, em que os efeitos nefastos do neoliberalismo e da exclusão social, empreendidos por uma coalizão de elite que sempre dominou nosso País, são contrapostos pela ação de parcela da sociedade e dos partidos de esquerda que, fundados na radicalização da democracia e na inversão de prioridades, buscam viabilizar alternativas para nossa Nação. Enfatiza que "políticas públicas inovadoras vão precisar de suporte jurídico inovador". Temos a convicção da singularidade do papel da Defensoria Pública como instituição e do Defensor Público como cidadão e operador do direito, enquanto agentes desse processo de fortalecimento da cidadania, aprofundamento da democracia e reforma profunda das estruturas sociais produtoras de miséria e marginalização social.

Cumpra assinalar que a garantia do acesso ao Judiciário pelo pobre, que passa pela estruturação adequada da Defensoria Pública de nosso Estado, se fundamenta em princípio extremamente caro ao estado democrático de direito, qual seja o "due process of law", que protege o cidadão contra a lesão a seus direitos sem que tenha oportunidade de defesa.

Erigir uma Defensoria Pública compatível com as necessidades de nosso povo é dar plena aplicabilidade ao conteúdo substantivo desse princípio, impedindo qualquer forma de cerceamento de acesso à justiça, especialmente o mais perverso de todos, a utilização do critério econômico para impedir o pobre de reivindicar direitos.

Editorial do "Estado de Minas" de 9/11/2000, em defesa da Defensoria Pública - e aí não estamos sozinhos -, enfatiza esse aspecto: "Não basta encher a boca com frases sobre direitos humanos. É preciso começar do mais simples, que é dar garantia à imensa maioria da população que não conta com advogados para patrocínio de suas causas em juízo".

São inúmeras as demandas da Defensoria Pública mineira, revelando o longo e árduo caminho a seguir pela instituição e seus membros, proporcional, diríamos, à necessidade de nosso povo nessa seara. Especial realce nessa pauta é a questão da Lei Orgânica da Defensoria Pública, cujo projeto foi retirado desta Casa pelo Governador Itamar Franco e, dois anos depois, ainda não retornou ao Legislativo. O PSB tem apresentado requerimentos reivindicando a medida, e a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia, que temos a honra de presidir, tem debatido o assunto, como fizemos hoje e na semana passada. Ocorre, contudo, que nossa atitude política não basta. É preciso que o Governo Estadual assumisse esse compromisso, enviando, primeiramente, o projeto de lei contendo a proposta de lei orgânica. Salientamos, neste particular, que não se trata de uma demanda corporativa dos Defensores Públicos, como pode parecer aos mais afoitos ou desavisados. Trata-se, sim, de um anseio da sociedade, de uma demanda popular, de um interesse público prioritário a ser atendido.

Lembra José Afonso da Silva que "os pobres ainda têm acesso muito precário à justiça. Carecem de recursos para contratar advogados e o patrocínio gratuito tem se revelado de deficiência alarmante". Não só os famosos estão dizendo isso, mas também muitos outros autores entendedores do assunto, os quais nos colocam essa questão do Defensor Público e daqueles que dele precisam. Diante dessa realidade e contra todos os problemas que sobre si recaem, a Defensoria Pública mineira tem, à custa de muita energia e obstinação, registrado uma marca respeitável no que se refere à quantidade e à qualidade de trabalho produzido.

Farei questão de citar todos os números, para que os nossos telespectadores acompanhem a busca da realidade, em sua fonte. No ano 2000, somente no cível, foram 544.986 processos em que a Defensoria atuou, atendendo 1.743.200 pessoas. No âmbito criminal, foram 124.327 assistidos e 261.921 processos em andamento, nos quais o Defensor Público

advoga gratuitamente para réus destituídos de qualquer condição econômica e que, na falta da Defensoria Pública, não teriam como exercitar seu direito constitucional à ampla defesa e ao devido processo legal.

Parabenizamos os Defensores Públicos mineiros por esse desempenho que muito nos orgulha. Vemos consolidado em nosso íntimo a disposição de labutar em prol dessa instituição, inerente à democracia e à defesa dos direitos humanos, como diz Ada Pellegrini: "Vás seriam as liberdades do indivíduo, se não pudessem ser reivindicadas em juízo".

Enfatizamos que a Defensoria Pública, tal como prevista em nosso modelo constitucional, produz, comprovadamente, maior eficácia na defesa em juízo da pessoa pobre que qualquer outro mecanismo que possa ser utilizado. Recordamos aqui os lamentáveis problemas vividos pelo Estado de São Paulo, que adota modelo baseado na remuneração de advogados dativos, gerando alto custo e baixa eficiência e citado pelo Juiz Roberto Vieira de Almeida Resende como "grave obstáculo ao cumprimento do direito de assistência jurídica ao necessitado".

A Defensoria Pública de Minas Gerais tem produzido, como regra, isenção e eficiência em seu trabalho. Nossa população vem sendo atendida na medida das possibilidades da instituição ou, antes, além dessas possibilidades. Resta, porém, que o Governo Estadual e este parlamento, quando chegada a hora, manifestem-se, como até agora não o fizeram - o projeto ainda não voltou a esta Casa - consoante suas responsabilidades constitucionais, as necessidades do povo mineiro e o respeito conquistado pela Defensoria Pública Estadual e os advogados que a integram.

Congratulamo-nos, nesse contexto, com a ADEP, entidade que congrega os Defensores Públicos Estaduais, por sua intransigente defesa da categoria, lutando para que lhe sejam assegurados os elementos fundamentais a seu bom desempenho, bem como por seu compromisso com a causa democrática e com a máxima efetividade e abrangência da justiça.

Finalizando, deixamos nosso veemente apelo ao Sr. Governador, para que envie a esta Assembléia o projeto de lei orgânica da Defensoria Pública, para que sejam abertas novas vagas de Defensores, por maior e específica dotação orçamentária e autonomia financeira ao órgão, pela adequada estruturação da carreira de Defensor e salários compatíveis com o trabalho que realizam, para que ao Defensor seja garantida a indispensável independência funcional e inamovibilidade, além de maior descentralização.

O Governador Itamar Franco, quando na Presidência da República, sancionou a lei federal que trata da Defensoria Pública na esfera federativa. A coerência de homem público aponta-nos a concretização em nível estadual da instituição da Defensoria Pública, enquanto instrumento intransigente e necessário na defesa dos direitos humanos. Não é coerente com sua biografia de homem público que ele permita que interesses menores, falsas prioridades, negligência ou desinteresse interfiram no cumprimento de suas atribuições relativas à Defensoria Pública. Mencione-se que o modelo que se propõe para nossa Defensoria Pública segue o recomendado pela ONU, incorporando nossas especificidades e agregando instrumentos e princípios coerentes com nosso estágio de desenvolvimento político e social.

A solução de determinados problemas de nossa sociedade depende, muitas vezes, da coragem dos governantes, para tomar decisões políticas coerentes com as opções que professam e compatíveis com a necessidade social e os limites de investimento do Estado. Percebemos, quanto à pauta de reivindicações vinculadas à Defensoria Pública, que falta somente uma manifestação de vontade política do Sr. Governador. Que o Governador Itamar Franco não se escuse de tão elevado compromisso, associando seu nome à luta pelo acesso universal à justiça, e que esta Assembléia, legítima caixa de ressonância da sociedade, assuma integralmente a defesa desse ideal hoje materializado na Defensoria Pública Estadual! Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Leopoldo Portela Júnior

Exmº Sr. Deputado Wanderley Ávila; nobre Deputado Edson Rezende; Exmº Sr. Desembargador Murilo Pereira; colega Defensora Pública, Milena Catão; Deputados presentes; colegas Defensores Públicos; senhoras e senhores; no último semestre do ano 2000, os meios de comunicação mineiros estampavam em suas manchetes: "Defensores Saem às Ruas", "Togas em Passeata", "Defensores Advertem com Paralisações". Noticiavam o movimento dos Defensores Públicos de Minas Gerais, os quais, saindo da letargia, mobilizaram-se pela estruturação da Defensoria Pública e por melhores condições de trabalho.

Esse movimento - é bom que se frise - sempre foi pautado pela lisura, pela ética, pela legitimidade e, principalmente, pela respeitabilidade às autoridades constituídas.

Em caminhada pacífica da Praça Sete até o Palácio da Liberdade, de becas e emocionados, os Defensores Públicos buscavam a conscientização da sociedade e a sensibilização dos Poderes constituídos do Estado acerca dos graves problemas que, inexoravelmente, conduzem a Defensoria Pública à ineficiência e afligem a classe.

Na pauta de reivindicações apresentada à representante do Governador do Estado, entre outras, destacavam-se: a lei orgânica para a Defensoria Pública; melhores condições de trabalho e valorização profissional; nomeação dos concursados.

Naqueles dias a Defensoria Pública trilhava a rota do colapso. Faltavam até mesmo os insumos básicos, tais como papel e tinta, para o desenvolvimento das atividades funcionais típicas. Chegou-se ao absurdo de haver ameaças de indeferimento de nossas peças processuais, uma vez que eram timbradas em tinta vermelha e, às vezes, em diversas tonalidades.

Em vigília permanente, aguardamos a manifestação do Governo Estadual, que, de imediato, acenou com as nomeações dos concursados. Apareceram o papel e a tinta para as impressoras. E, parou por aí.

De lá para cá, o que aconteceu? Qual foi o saldo auferido pelo movimento? Analisando profundamente os fatos ocorridos ao longo destes oito meses, constatei um dado curioso. No século passado, perplexo, o mundo foi palco da Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União Soviética, com perdas econômicas e de muitas vidas para ambos os lados, a qual resultou na sofisticação do armamento bélico.

Perplexidade! Tenho a nítida impressão de que se trata de uma guerra fria contra a Defensoria Pública de Minas Gerais. Por mais que me esforce, não encontro razão para a carnificina. Como os devastadores mísseis americanos ou russos, são as armas utilizadas contra nós. Além de nos ferirem o corpo, ferem-nos também a alma, aniquilando-nos os anseios ideológicos, pois a negação de um direito é a pior forma de injustiça.

Fica a indagação: "Por quê? De que somos culpados, nós, os Defensores Públicos, e eles, os cidadãos carentes mineiros, matéria-prima do nosso trabalho?"

A propósito, a indagação pode ser ilustrada com a história do Zé das Dores, publicada no "Estado de Minas" de 3/5/2001, que muito bem se aplica aos Defensores Públicos. (- Lê:)

"Dias atrás, em uma obra: '- Este azulejo ficou muito mal assentado, disse ao azulegista. - A culpa é do pedreiro que fez a parede, ela ficou torta, respondeu ele'.

Procurei o pedreiro que tinha feito a parede: '- Pedro, sua parede ficou torta, disse ao funcionário. - Doutor, a culpa é do carpinteiro que fez a forma, ela ficou errada...'

Fui atrás do carpinteiro: '- Antônio, sua forma ficou errada. - O encarregado da obra fez marcação errada, por isso...'

Perguntei ao encarregado: '- Sr. Manoel, porque sua marcação ficou errada? - O senhor sabe... a medida feita pelo topógrafo ficou errada, não é...'

Telefonei então para o Maurício: '- Maurício, que história é essa de medida errada na obra do Alfredo... - Não queria te dizer, mas aquele lote é danado, o proprietário podia ter comprado coisa melhor...'

Coitado do Alfredo, ele era o culpado pelo azulejo do seu banheiro, e isso no exato momento que adquiriu o seu tão precioso e sonhado lote."

Voltando à indagação: porque contra nós, oleiros da democracia, cujas peças processuais são as únicas armas que usamos, justamente para promover o exercício da cidadania e a pacificação social... Não podemos esperar que estas coisas nos sejam dadas, temos o dever de buscá-las, conquistá-las, de lutar coletivamente por elas. Simplesmente é o que temos feito. De 23/10/2000 para cá, os novos concursados ainda não foram nomeados. O motivo? A falta de regulamentação da Lei nº 12.765, de 1998, aprovada nesta Casa, que trata da paridade entre o número de Juízes e de Defensores Públicos. Em vez da LODP, foi encaminhado a esta Casa um anteprojeto de lei ordinária, que praticamente a extinguiu; falou-se em terceirização das suas atividades. Se hoje temos tinta e papel para impressão de nossas petições, não conseguimos ainda estancar o êxodo profissional, que sobrecarrega os que permanecem.

Pois é, os Defensores Públicos mineiros estão sendo julgados culpados desde que ousaram adquirir a sua tão preciosa e sonhada lei orgânica.

Não seremos ingratos de dizer que estamos sós nas batalhas que travamos. Muitos se juntaram a nós. Principalmente no seio de V. Exas., cuja atuação enérgica e eficiente expurgou qualquer possibilidade de apreciação do projeto de reforma administrativa do Estado, tão flagrantemente evado de vícios de inconstitucionalidade. Nesta Casa, nosso brado encontrou guarida, e, em tantas outras oportunidades, ecoou nesta tribuna popular e, ainda hoje, ecoa na forma desta sessão solene.

Como estudiosos do direito, sabemos que o processo legislativo deve ser obedecido. Até que o Poder competente encaminhe o anteprojeto de lei orgânica da Defensoria Pública para apreciação deste parlamento, seus pés e mãos estarão atados. Acreditamos, não por muito tempo. O anteprojeto, elaborado em 1999, está sendo reexaminado por uma comissão, a pedido da Secretaria da Justiça, que sinaliza com sua remessa, pelo Governador do Estado.

Assim, conforta-nos saber que, tão logo aqui chegue, o projeto de lei orgânica da Defensoria Pública encontrará solo fértil que fecundará os justos anseios da classe. Sabemos que esta Casa tem a firme disposição de votar, no mais breve tempo, o diploma legal que dotará a Defensoria Pública da identidade jurídica que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 80, de 1994: a institucionalização, com autonomia e independência.

Honra-nos a distinção desta homenagem, mas não nos envaidece. Ao contrário, é um convite à reflexão... No laurel que hoje ornamenta o peito de cada um dos 420 Defensores Públicos de Minas Gerais, homenageados são os milhares de cidadãos carentes a quem assistimos juridicamente, na Capital e no interior. Portanto, com eles repartimos esta honraria, tributo do trabalho que lhes prestamos como essência do "poder-dever" do Estado. Deles provém nossa única certeza e esperança: enquanto existir um cidadão carente a requisitar o exercício de nossas atribuições institucionais, haverá motivos para bradarmos; enquanto existir um Defensor Público de pé, a Defensoria Pública viverá. Então, tomo a liberdade também de fazer a leitura de carta encaminhada e publicada no jornal "Estado de Minas", elaborada pela Sra. Catarina Conceição Rodrigues, professora estadual em Bocaiúva.

Só Defensor Público bem-informado poderá informar outros. Só Defensor Público comprometido, crítico e autocrítico, reflexivo, autônomo, solidário, é capaz de ajudar na construção de cidadãos. Se o Defensor tiver o propósito da "ação-reflexão-ação" na sua prática, terá a verdade desvendada diante de seus olhos. E o que é a Defensoria Pública? É a de que há muita fálacia, mediocridade, conformismo diplomando analfabetos funcionais. O Defensor Público apto a defender o cidadão será também um pesquisador, porque não aceitará receitas prontas e acabadas. Saberá que é detentor e construtor de conhecimentos úteis, relevantes, necessários; que sua práxis - construída da ação sobre seus conhecimentos, somados a referenciais teóricos de qualidade - poderá também ser transformada em teoria. E que essa teoria poderá dar suporte ao trabalho de outros colegas. Pesquisará em jornais, livros, revistas, etc., poderá publicar suas teorias e já não será amordaçado. Descobrirá que se transformou em educador, porque quem é livre e tem consciência disso quer levar outros consigo.

Não é possível ajudar na construção da liberdade sem que haja diálogo, argumentação sólida, consciente e consistente e, principalmente, exemplo de vida.

Em suma, não há obstáculo intransponível para quem sabe aonde quer chegar! Obrigado.

O Sr. Presidente - Tramita nesta Casa projeto de lei do Deputado Ambrósio Pinto que institui o dia 19 de junho como Dia do Defensor Público.

#### Palavras da Deputada Elaine Matozinhos

Exmos. Srs. 2º-Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Wanderley Ávila; Desembargador Murilo Pereira, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação dos Defensores Públicos; representando a Defensoria Pública e Procuradora-Chefe Dra. Moema Guaraciaba Gomes, a Diretora da Defensoria Pública do Interior de Minas Gerais, Dra. Milena Cataldo; autor do requerimento que deu origem a esta reunião, Deputado Edson Rezende; Srs. Defensores, Sras. Defensoras, telespectadores da TV Assembléia: se é verdade que ninguém está acima da lei, também é que todos têm direito à justiça. São princípios básicos de uma Nação democrática, como quer ser o Brasil. Mas, entre nós, infelizmente, a realidade é diversa.

Já se sedimentou, no povo brasileiro, a convicção de que a impunidade premia os criminosos ricos - notadamente aqueles de colarinho-branco - ao passo que a lei é aplicada com rigor no caso dos mais pobres. Enquanto os abastados se beneficiam com recursos legais utilizados por advogados hábeis, aos cidadãos carentes falta, também, justiça: não é raro, por exemplo, permanecerem nas prisões pessoas sem culpa formada, ou que já tenham pago sua dívida para com a sociedade. Nesse panorama, a criação da Defensoria Pública, por força da Constituição Federal em vigor, representou extraordinário avanço social.

A Assembléia Legislativa, com este evento, reconhece o avanço e o trabalho prestado à comunidade. E o momento festivo serve, também, para analisarmos a atuação do órgão em nosso Estado.

Se fôssemos definir a figura do Defensor Público, diríamos ser ele o ente que devolve aos menos afortunados parte da dignidade e da própria cidadania. Ao proporcionar orientação jurídica e defesa, em todos os graus e gratuitamente, nosso homenageado deve atender a um contingente da população que cresce sempre, com as desigualdades sociais.

O caso de Minas é típico: numa população superior a 17 milhões de habitantes, apenas cerca de 2 milhões podem pagar a prestação jurídica. Aproximadamente, 15 milhões de coestaduanos, em 853 municípios, precisariam recorrer à Defensoria Pública, cuja estrutura é deficiente: conta, em seu quadro, com 470 Defensores, sediados em 175 municípios.

É uma situação crítica, mas não impede o Defensor Público mineiro de levar adiante a sua missão. A cada ano, 2 milhões de pessoas são atendidas, e merecem registro especial alguns aspectos do trabalho, como o desenvolvido, em Belo Horizonte, pelo Núcleo de Atendimento ao Idoso e ao Deficiente Físico. Gostaria de ressaltar o trabalho da Defensoria Pública na Delegacia de Mulheres, desde a sua fundação.

Vamos deixar a cada um dos companheiros e companheiras e a cada Deputado desta Casa a nossa reflexão sobre a grandiosidade da Defensoria Pública, que representa, sem sombra de dúvida, a cidadania. Muito obrigada.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Leopoldo Portela Júnior uma placa com os seguintes dizeres: "A Defensoria Pública é comparável a um rio que chega ao mar, porque aprendeu a contornar e a superar obstáculos. Instituição consagrada e indispensável à administração da justiça, é, antes de tudo, uma conquista constitucional do povo brasileiro. Belo Horizonte, 17 de maio de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente".

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

## ATA DA 156ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 17/5/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Mauri Torres e Sebastião Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.410/2001; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem; discursos dos Deputados João Leite e Miguel Martini; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Costa) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria em pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.410/2001, da Mesa da Assembléia, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito a tramitação do projeto de resolução que trata dos servidores do Legislativo para abordar um assunto que diz respeito aos servidores da educação de Contagem. Como já é do conhecimento de todos, os professores municipais de Contagem estão em greve há 12 dias, na luta por reivindicações legítimas que foram promessa na última campanha do Sr. Prefeito Municipal Ademir Lucas. Assim como pelo chefe nacional do PSDB, FHC, a irresponsabilidade e o tratamento humilhante e de perseguição vem sendo praticado também pelo Prefeito de Contagem, Ademir Lucas, que mostra seu descaso e irresponsabilidade no trato de algo tão sério e grave como a questão da educação. Enquanto Brasília quer deixar o País às escuras depois da incuria e da irresponsabilidade no trato da energia elétrica, Contagem está querendo fazer o "apagão" da democracia na educação no Município de Contagem no tratamento irresponsável aos servidores da educação naquela cidade.

A greve deflagrada no último dia 10 já tem adesão de 75% dos trabalhadores em educação e atinge mais de 65 mil alunos. E, com relação ao movimento reivindicatório, até o momento, não houve nenhuma reunião com o Prefeito daquela cidade, que se recusa sistematicamente a receber os servidores.

Estamos vendo que isso está levando o movimento, cada vez mais, a um radicalismo. Obviamente, os prejuízos com ele são inúmeros. O ensino de Contagem já tem sérias deficiências, e uma greve só afeta, ainda mais, a qualidade da educação oferecida aos alunos, que dependem da rede pública municipal e que, obviamente, são das classes mais populares. Não é de surpreender que o Prefeito não esteja preocupado com isso, afinal nunca priorizou as classes populares do município e muito menos a educação. Apesar de sempre usar um discurso na imprensa estadual e na imprensa nacional tentando mostrar o contrário, a prática no município não é essa.

Por outro lado, ninguém pode culpar os trabalhadores da educação pelos prejuízos, pois estão simplesmente lutando pela sobrevivência. Foram obrigados, pela intransigência do Prefeito, a lançar mão do último recurso.

Um professor em início de carreira em Contagem, que é a segunda ou a terceira cidade - dependendo de cada referência - em arrecadação no Estado de Minas Gerais, ganha R\$400,00 por mês, praticamente dois salários mínimos. Hoje, eles reivindicam a reposição das perdas salariais que, segundo o DIEESE, foram de 32% no período.

Outra coisa importante é que as escolas do Município de Contagem, desde o Governo passado, do Sr. Paulo Mattos, do PMDB, tornaram-se - e ainda são - curral eleitoral de Vereadores do município. A indicação dos Diretores acaba sendo feita pelos próprios Vereadores. Além do mais, 30% dos cargos da educação são preenchidos por indicação política, e não por concurso. Uma cidade tão próxima de Belo Horizonte, com a influência da mídia; uma cidade que já teve a educação como referência no Estado, de cujo quadro de professores, com muito orgulho, fazemos parte, mesmo que licenciado. É bom que se diga que fomos aprovado em concurso público.



Com essa influência política na educação, as escolas foram loteadas entre os Vereadores. Percebemos que só se perde a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, que a população se torna - cada vez mais nos moldes dos coronéis nordestinos - encabrestada por aqueles que ocupam o poder.

Esse descaso não se limita só à educação, que está em greve. No que se refere à saúde, deixa as suas marcas destrutivas. Não é novidade para ninguém que o serviço de saúde pública de Contagem é um dos piores, se não for o pior da região metropolitana. Herança do "newtismo" e do "ademirismo", que são as duas faces de uma mesma moeda. O hospital municipal, que elegeu em 1988 o atual Prefeito, com propagandas demagógicas e eleitoreiras, até hoje não foi construído.

O hospital que reelegeu o seu sucessor, que elegeu novamente o então Vice-Governador Newton Cardoso, em 1996, não foi construído até hoje. E novamente com as mesmas promessas, as mesmas demagogias, as mesmas mentiras. Parece que, em Contagem, o dito popular de que a mentira tem pernas curtas não se aplica na relação entre governantes e governados, porque as mesmas mentiras acabam reelegendo pessoas e reproduzindo a mesma estrutura de poder.

Mas tudo isso não é de admirar, porque no período anterior, quando do primeiro Governo do Deputado e Prefeito Ademir Lucas, verbas federais foram liberadas para a construção do hospital municipal, mas, com os milhões e milhões dessas verbas, ele só conseguiu colocar uma placa de um hospital fantasma, de uma obra fantasma: "Aqui será construído o Hospital Municipal de Contagem".

Agora, o Prefeito sacrifica ainda mais os servidores, tirando-lhes a única assistência à saúde que possuíam. Acontece que o IPSEMG cortou o atendimento aos servidores municipais de Contagem, por falta do repasse de recursos pela Prefeitura, mas, ao mesmo tempo, o desconto desse benefício foi e continua sendo feito regularmente nos contracheques dos servidores. O que tem sido feito com esse dinheiro? Isso é uma apropriação indébita. O Prefeito alega que o IPSEMG teria sido conivente no Governo do Sr. Paulo Cardoso de Matos e não teria exigido e cobrado o recolhimento naquele período e que o compromisso da Prefeitura seria só a partir de janeiro deste ano, o que afirma estar fazendo, e não com a dívida do ano passado. Mas é bom que se diga que é tradição em Contagem a incúria administrativa, cada Prefeito que assume, assume também dívidas enormes com o IPSEMG. Assim foi quando o Prefeito Ademir Lucas passou para o poder para o seu sucessor, de seu mesmo partido - as dívidas eram enormes, até com o IPSEMG, que exigiu uma negociação. Assim foi também do sucessor de Ademir para o então Prefeito, o Vice-Governador Newton Cardoso. Então, na verdade, isso é um jogo de empurra, uma imoralidade, uma imprevidência na ação daqueles que ocupam o cargo público no Município de Contagem. Então, os servidores de Contagem, hoje, mesmo tendo tido descontos em seus contracheques - o que se caracteriza como apropriação indébita -, não têm atendimento de saúde pelo IPSEMG. Em algumas emergências, por flexibilidade e postura correta do Presidente João Pinto Diniz Júnior e do Secretário-Geral do IPSEMG, Prof. Braga, vêm sendo abertas algumas exceções, mas deixando bem claro que a situação irregular continua - aliás, o município não alcançou sucesso na tentativa de obter uma liminar para o não-pagamento ao IPSEMG. Hoje, a insegurança é total. Servidoras públicas municipais grávidas, praticamente na hora do parto, em desespero, procuram o nosso gabinete, mostrando essa irresponsabilidade. Qual é o programa social tucano no Município de Contagem? Deixo bem claro que essa situação está levando muitas famílias de servidores públicos municipais ao desespero.

Mais ainda: queremos que a Prefeitura Municipal abra um canal de negociação e de discussão com os servidores públicos municipais, porque hoje, sem a garantia do reajuste salarial, sem a garantia da realização de concurso público, com o fim dos curras eleitorais nas escolas municipais de Contagem, sem a garantia da democracia real e efetiva, com a eleição direta para diretores de escola, não teremos o fim desse movimento paredista em Contagem. É um absurdo que uma cidade que poderia ter outro quadro, que poderia demonstrar um zelo muito maior pela educação, tenha tido esse tipo de procedimento e de atitude.

Também são encaminhadas denúncias - ainda na área da educação - de que recursos do FUNDEF estariam sendo utilizados para o pagamento de professores de pré-escolar e de 2º grau e também para o pagamento de servidores administrativos dessas duas áreas de ensino. A lei federal do FUNDEF e as regulamentações posteriores são claras e incisivas, proibem tais procedimentos por parte de uma administração pública municipal.

Recentemente houve as CPIs federal e estadual do FUNDEF, nas quais vimos que essas irregularidades são mais comuns do que imaginamos. Estaremos entrando em contato, protocolando uma representação no Ministério Público e no Ministério da Educação para que essas denúncias do FUNDEF do Município de Contagem sejam apuradas e a verdade venha à tona para que não aconteçam esses absurdos e desmandos nesse neocoronelismo implantado no Município de Contagem. Continua a mesma tradição do neocoronelismo "newtista" que governou aquele município por muitos anos. Temos, nesses dois lados de uma mesma moeda, o criador e a criatura, tanto que o atual Prefeito foi Secretário Técnico - Consultivo do Vice-Governador de Minas Gerais. Isso é um absurdo.

Em relação ao projeto de resolução que ora tramita nesta Casa, devemos ter na estrutura da Secretaria-Geral e da Diretoria-Geral desta Casa normas mais estáveis. Os servidores do Legislativo não podem ficar à mercê de mudanças periódicas. É necessário que essa norma seja mais definitiva. Ao mesmo tempo, entendemos que o projeto de resolução é um atentado à democracia interna da Assembléia Legislativa ao extinguir o funcionamento do Comitê Institucional. Como Vice-Presidente da Mesa anterior, participei, durante mais de um ano, como representante na Mesa daquele Comitê e posso constatar como foi benéfico para o Poder Legislativo o funcionamento dele. Servidores sérios, alguns aposentados que deixavam a tranquilidade de suas aposentadorias para contribuir com o processo institucional de construção da democracia no Poder Legislativo.

Posso testemunhar que tive contato, durante um ano e meio, com servidores que ajudaram a elaborar um projeto estratégico para esta Casa. Talvez os Srs. Deputados não tenham conhecimento, mas essa interlocução com a sociedade, essa ação de audiências públicas, de debates, de seminários, fóruns, audiências regionais teve como seu ser coletivo pensante e, ao mesmo tempo, a definição de planejamento e de linhas operacionais o Comitê Institucional. Muito do que aconteceu nesta Casa foi por causa do Comitê Institucional. Vivemos num tempo paradigmático nesta Casa Legislativa.

Alguns paradigmas vêm sendo rompidos, como o fato de o Colégio de Líderes arvorar-se em intérprete do Regimento Interno no caso das comissões parlamentares de inquérito. Isso é um absurdo, um ataque à democracia, estamos rasgando o Regimento Interno da Casa. Não podemos permitir que isso aconteça. E o fim do Comitê Institucional acaba aprofundando esse atentado à democracia.

O Deputado João Leite e este parlamentar assinaram recurso ontem à Comissão de Justiça, em razão da decisão da Presidência de não instalar as comissões parlamentares de inquérito. Nem entro no mérito subjetivo, se há interesse escuso, se há ponto nebuloso em instalar uma CPI dos radares ou do crime organizado nesta Casa. Parto do princípio de que cada Deputado se movimenta nessa questão com total autonomia, sem medo, sem receio de nada, e ninguém tem "rabo preso", num português claro.

Mas acho que a questão regimental é grave, porque o Regimento é claro. A deliberação do Colégio de Líderes se aplica quando o número de CPIs exceder o mínimo de seis comissões, como estabelece o Regimento. Ai, sim, o Colégio de Líderes poderá deliberar sobre novas, porque essa seria uma questão pertinente. E o Colégio nem pode fazer uma hierarquia de qual comissão parlamentar de inquérito se instalará primeiro na Casa. Há um dispositivo no Regimento do Congresso Nacional, que não temos no nosso, que permite a votação de regime de urgência de comissões parlamentares de inquérito. Como não temos esse dispositivo, a norma tem de ser cronológica, pela data de registro, documentada na Secretaria da Casa em que as comissões parlamentares de inquérito deram entrada. Se alguém discordar de uma comissão, não é o Colégio de Líderes que dirá que ela não tem objeto preciso ou que estaria, como no caso da CPI dos radares, entrando na seara de um órgão federal, no caso o DNER, mas uma ação provocada no Estado de Minas Gerais. Qual seria a comissão competente para dirimir essas dúvidas? A Comissão de Justiça, nunca o Colégio de Líderes.

Como digo, vivemos momentos paradigmáticos nesta Casa. Não podemos permitir que o espaço que tivemos até agora seja perdido, principalmente na questão da democracia, na possibilidade de expressão dos servidores da Casa, de ajudarem a analisar a estrutura dela. Acho que esse projeto não pode ser votado, não pode ser aceito com normas autoritárias como essa, mesmo na questão da transição da Diretoria-Geral. Insisto, fui muito sincero na Bancada do PT. Disse que, pelo que vimos de Diretorias-Gerais passadas e pela omissão de servidores da Casa, entendia que pouca diferença fazia ter um Diretor-Geral de recrutamento limitado ou um de recrutamento amplo. Não são todos, mas já vimos casos de Diretores-Gerais que eram verdadeiros caciques, xerifes dentro do Poder Legislativo, que viam interesses muito particulares. E o fato de ser servidor de carreira não colocou barreira alguma para haver um tratamento diferente.

Mas, pior que isso, é sempre ficarmos definindo isso provisoriamente. Agora vai valer para mais quanto tempo? Mais dois anos desta Mesa? Isso é casuismo legislativo, temos que ter normas definitivas.

Não podemos estar mergulhando no casuismo, somos nós que fazemos leis. A característica fundamental de qualquer lei ou de uma boa lei é que ela seja impessoal, que ela, realmente, estabeleça de forma clara o que ela quer, que ela seja duradoura e que não trate de nenhum interesse que não seja expresso em seu texto. Então, discordo totalmente de estabelecermos, na Diretoria-Geral da Casa, uma norma transitória. Discordo. Acho que não é dessa forma que vamos dar um bom exemplo para que as leis que elaborarmos aqui sejam cumpridas pelo Poder Executivo, pelo Judiciário, pelas instituições ou nas relações dos cidadãos entre si ou dos cidadãos com o Estado. Acho que não estamos dando um bom exemplo. Estamos legislando em cima do casuismo. Seria melhor termos a norma propositiva de forma definitiva; seria o mais correto.

Há uma coisa que deve ficar claro, já alertei pessoalmente sobre isso a Mesa da Assembléia. Quando 2º - Vice-Presidente da Assembléia, solicitei um parecer, que nos foi encaminhado, sobre o fato de servidores da Assembléia não poderem receber as gratificações como se fossem horas extras, como acabam recebendo. Tínhamos também que ter uma relação duradoura nisso. Foi pedido um prazo para regulamentar isso, mas hoje o Poder Legislativo Estadual está ilegal. Qualquer servidor pode ser condenado no Tribunal de Contas, quando de sua aposentadoria, a devolver as horas extras que recebeu. Não podemos pagar hora extra a servidor concursado que ocupe cargo ou função de recrutamento limitado. Essa é uma situação irregular. Eu não me omiti, solicitei esse parecer quando estava na Mesa, forcei para que houvesse a regulamentação, só que há interesses nesta Casa. Isto aqui é uma loucura, temos servidores 1, 2, 3 e 4. Temos também escalas de servidores diferentes, distorções de quando Deputados legislavam aqui fazendo "panamá" em cima de "panamá". Aliás, o ex-Presidente do Tribunal de Contas, Deputado Sylo Costa, era campeão de "panamá" aqui dentro. Lá, ele prega uma de moralidade, de seriedade do tribunal "faz-de-conta". Vemos que há situações diferentes, e todas essas pressões impediram, no ano passado, que houvesse a regulamentação. Quero deixar bem claro: vamos levar essa luta à frente, servidor efetivo da Casa não pode receber hora extra. Está na hora de regulamentarmos isso. Acho que essa é uma questão estável que deve ser definida, para um futuro processo de aposentadoria.

Falando em aposentadoria, falando em Tribunal de Contas, quero falar sobre a pérola jurídica que está tramitando nesta Casa. O Presidente desta Casa apresentou um projeto tal, que, se algum repórter me perguntar sobre ele, vou esconder a cabeça de vergonha. Ele apresentou um projeto mandando jogar, de 1997 para trás, toda a sujeira dos Prefeitos de Minas Gerais para debaixo do tapete. Ou seja, diante de um crime, mandou esconder o corpo, só que vai feder. Falo de forma absoluta, porque, se alguém quiser, que conteste, não há nenhuma conta de Contagem apreciada pelo Tribunal de Contas de 1983 até hoje. Belo Horizonte já tem conta de três anos atrás apreciada no Tribunal. Betim, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, enfim, todas as grandes cidades de Minas Gerais também. Em Contagem, em 1983, quando o Sr. Newton Cardoso assumiu a Prefeitura, com uma eventual maioria que dizia que ele teria no Tribunal de Contas, houve um pacto: as contas de Contagem estão engavetadas. É só vermos qual Conselheiro que está com a letra "c", porque lá os processos são distribuídos por letras. Então, desde 1983, nenhuma conta de Contagem foi apreciada no Tribunal de Contas. Por que os outros municípios não poderiam ter o mesmo tratamento?

Na realidade, isso é cumplicidade, falta de vergonha na cara! Agora, vamos arquivar tudo isso?! De 1983 para cá, a situação de Contagem não melhorou. Tivemos muitas irregularidades nesse município, com o próprio Sr. Newton Cardoso, que o assumiu em janeiro de 1983. Vamos jogar tudo isso debaixo do tapete?! Fico com vergonha quando vejo tramitar na Casa um projeto como esse, ou seja, para arquivar todas as contas. De 1987 para trás, o único município que seria beneficiado seria o de Contagem. Faltou coragem de colocar lá Contagem. Faltou coragem, coragem, coragem, pois o único beneficiado seria Contagem, na Região Metropolitana, presidida pelas duas faces da mesma moeda, o "newtismo" e o "ademirismo". A última conta foi de 1982. Naquela época, era Vereador à Câmara Municipal de Contagem. A última conta que apreciamos foi a do Prefeito João Lima. Já estou na Assembléia há sete anos. Essa conta foi apreciada em 1981; de dez anos até agora, fecharam a porteira, pois contas de Contagem não são apreciadas. Espero que o Presidente retire esse projeto. Ele é muito negativo para a imagem do Poder Legislativo. O projeto beneficia principalmente o Sr. Newton Cardoso. Em 1988, o Prefeito Ademir Lucas assumiu o poder. Então, na realidade, beneficiaria somente o Município de Contagem. É uma vergonha isso. Qualquer pessoa pode consultar o Tribunal de Contas e ver que somente Contagem seria beneficiada. Pergunto-me que medo Newton Cardoso tem dessas contas? Será que teríamos outro caso, como o do Sr. Elcio? Seria outro caso de denúncias de irregularidade? Hoje diz no jornal que o Sr. Elcio nunca foi seu assessor. O Sr. Elcio levou sua nomeação ao jornal. É vergonhoso. Ele diz que nem conhece esse homem, que ele tem de ir para a cadeia. Pode ser que o jornal também seja falsificado.

Gostaria de concluir, deixando bem claro que o preço da democracia, da liberdade é a vigilância constante. E este Poder tem de saber pagar esse preço. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, gostaria apenas de encaminhar à Mesa uma sugestão. Estamos todos atônitos com a questão energética por que passa o País. Gostaria, então, de sugerir que a Casa comece a se mobilizar para acompanhar de perto, pelo menos em nível de Minas Gerais, os reflexos dessa crise, instalando uma comissão especialíssima para cuidar dessa questão, bem como das repercussões que isso trará para a sociedade e para a economia mineira. O fato é muito grave. O racionamento começa hoje. Várias providências anunciadas pelo Governo começam a refletir na sociedade, em especial, em nosso Estado. Acho que a Assembléia, por meio de uma Comissão e talvez de um fórum permanente, com representantes de setores especializados, dos empresários, dos consumidores, deve acompanhar essas medidas, procurando encontrar formas criativas para enfrentar a situação e encaminhar sugestões. Estamos sentindo, de certa forma, que o Governo, ao tomar essas providências, o está fazendo num certo clima de pressão, porque as medidas são mais do que urgentes, são necessárias para enfrentar o descaso de anos e anos. O Governo se mobiliza, de certa maneira, desorganizadamente, tomando atitudes que poderão ser consideradas, em médio prazo, até precipitadas.

É preciso, então, ter esse senso de organização para participar, acompanhar, criticar, encaminhar sugestões e avaliar o que está sendo feito, a fim de que o Poder Legislativo contribua, neste momento grave. Entendo que, muito mais do que uma crise energética, o Brasil vai entrar, nos próximos meses, em uma grande e profunda crise econômica e de credibilidade. Um país que não consegue atender à demanda de geração de empregos e de distribuição de riquezas para sair da linha de pobreza está vivendo um momento de retração, de encolhimento de sua economia.

Então, realmente, estamos caminhando para dias negros, para dias de dificuldade. É preciso ter essa consciência. Os "apagões", muito mais do que o tumulto da falta de luz, vão trazer conseqüências gravíssimas para o setor econômico e financeiro do País. Poderão até desestabilizar a nossa economia, refletindo uma certa inquietude para todo o mundo em relação à economia brasileira, trazendo a volta da inflação e o aumento ainda mais exorbitante dos juros. Tudo isso terá conseqüências negativas, como o desemprego. Entre as medidas anunciadas hoje, por exemplo, proíbe-se a ligação de energia para qualquer novo estabelecimento comercial, empresarial ou industrial. Portanto, estancou-se o desenvolvimento do País. Isso é gravíssimo.

Entendo que a Assembléia precisa participar dessa discussão de maneira bem-organizada e eficiente, para demonstrar não somente aos mineiros, mas ao Brasil, que esta Casa entende a gravidade do momento e quer dar a sua contribuição no enfrentamento da crise. Mas essa discussão não deve passar por questões políticas e partidárias. Entendo que urge a união de todos neste momento. Vamos salvar o País. Vamos salvar o povo brasileiro. A discussão política, a indicação dos culpados, tudo isso poderá ser feito depois. Neste momento, precisamos unir forças para evitar que um mal maior recaia sobre o País.

O Sr. Presidente - A Mesa avaliará as sugestões de V. Exa. e tomará as providências que julgar necessárias. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente, já tivemos a oportunidade de falar a respeito do Projeto de Resolução nº 1.410/2001. Então, queremos registrar nossa posição não apenas quanto ao que acontece neste momento. Anteriormente, apresentei uma emenda e, como agora tivemos um amplo entendimento, retirei-a, apesar de continuar entendendo que devemos fazer justiça para com o servidor da Assembléia Legislativa. É ele que trabalha na Casa, que freqüenta seus cursos e que, durante anos, enfrenta o trabalho diário e conhece a Assembléia. Então, por uma questão de justiça, deve ser dada ao servidor a oportunidade de chegar ao cargo máximo de sua carreira. Considero uma injustiça negar isso a esses funcionários.

Creio que estamos vivendo um momento de perplexidade com tudo a que estamos assistindo nos últimos momentos da vida do País e de Minas Gerais. O Deputado Durval Ângelo disse, e é verdade, que entramos com um recurso na Comissão de Justiça, apelando para que instalemos as CPIs requeridas pela sociedade de Minas Gerais. Creio que todo o nosso povo tem essa expectativa em relação aos seus representantes, aos seus Deputados.

Um exemplo é a questão das multas. Especialmente essa vontade arrecadatória dos municípios e do Governo Federal deve ser fiscalizada. A Assembléia Legislativa tem que sair em defesa da sociedade. Se tivermos medo de investigar quem está por trás dessa indústria das multas, fazendo, inclusive, com que os Deputados que representam a sociedade recuem, como ficaremos?

O crime organizado - por que não instalar uma CPI sobre o assunto? Se não servimos para enfrentar esses graves momentos da vida de Minas Gerais, não servimos também para representar esse povo. Ao escolhermos a carreira de agentes políticos, o risco está ligado às nossas vidas em alguns momentos. Penso que é essa a expectativa que a população tem em relação aos seus representantes. E em alguns momentos correremos risco de vida pela nossa representatividade. A população espera essa tomada de decisão dos seus representantes, por isso apresentamos esse recurso à Comissão de Justiça, para que a população tenha resposta, através da Assembléia Legislativa, da luta que ela enfrenta nas ruas. Nesse momento, a Assembléia Legislativa não pode virar as costas ao povo. Temos que dar uma resposta a esse anseio e essa reclamação de Minas Gerais em relação a todas as questões.

Não é possível convivermos, em Belo Horizonte, com esses radares que multam a população, e as empresas contratadas para esse fim tendo dispensa de licitação. Isso virou um grande negócio, um negócio lucrativo.

Sou defensor de que a velocidade tem que ser limitada e, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fizemos várias audiências relacionadas à violência do trânsito, mas não dessa maneira: só com expectativa de arrecadação, como é feito aqui e em outros municípios mineiros. Esquecem-se da população, só pensam em aumentar a arrecadação do município.

Quanto ao crime organizado, também não podemos aceitá-lo. O atual Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Edson Rezende, e os seus membros, Deputados Elbe Brandão e Durval Angelo, em recente visita à Divisão de Tóxicos, tiveram contato com diversos jovens presos por portar certa quantidade de drogas. E quem está por trás desses jovens, comandando o tráfico em Minas Gerais? A Assembléia Legislativa vai virar as costas? Quase 80% dos crimes que estão ocorrendo têm ligação com o tráfico de drogas, e a Assembléia Legislativa recua neste momento tão grave? Dessa forma não merecemos estar aqui representando a população de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, obrigado pelo aparte. Concordo com V. Exa. no aspecto de que esta Casa tem que ocupar o seu espaço e, principalmente, cumprir melhor o seu papel fiscalizador.

Entristece-nos sobremaneira ver a Câmara Municipal de Belo Horizonte contratando serviço de radares sem licitação. O caso é seriíssimo, e parece que esse problema já nem existe. Os Vereadores da base governista acertaram com o Prefeito, e acabou. O Prefeito e o Vice-Prefeito não têm nem interesse em falar no assunto, e a sociedade fica sem resposta, jogada ao acaso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais é completamente ausente na área municipal, e isso precisa mudar. A lógica do Poder Legislativo em níveis municipal, estadual e federal está errada. Hoje, a eficiência do Deputado é medida pelos empregos que pode arrumar, pelas verbas que pode levar para suas regiões, mas não pelos papéis legislador e fiscalizador que lhe cabem.

A conferência da UNALE, que acontecerá no Rio de Janeiro, de 24 a 26 de maio, discutirá exatamente o papel fiscalizador do Poder Legislativo, em continuidade aos trabalhos iniciados em Gramado. A sociedade está a cobrar dos Vereadores e dos Deputados que fiscalizem os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

O Deputado João Leite está coberto de razão. Cedemos, de há muito, a competência fiscalizadora ao órgão auxiliar da Assembléia, que é o Tribunal de Contas. Isso é uma vergonha. O Tribunal é ineficiente para fiscalizar, e as contas de seus apaniguados não são examinadas. De repente, surge um projeto de lei dizendo para esquecer o passado e jogá-lo debaixo do tapete. Ora, não podemos aceitar isso.

O Poder Legislativo tem de recuperar seu papel fiscalizador e exigir do Tribunal de Contas maior eficiência e eficácia. Tem de exigir que seja realizado o concurso para Auditores, o qual o Tribunal, deliberadamente, não quer fazer, porque os de recrutamento amplo que ali estão, trabalham sob o domínio total dos Conselheiros. Não dá para a sociedade engolir isso.

Se há corrupção na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no Governo do Estado de Minas Gerais e no Governo Federal, é porque há ineficiência do Ministério Público e, principalmente, do Poder Legislativo, que é o órgão encarregado de exercer a fiscalização.

É lamentável que não tenhamos, nesta Casa, estrutura para acompanhar as políticas públicas do Estado de Minas Gerais. Por que temos de esperar acontecer a execução orçamentária, em vez de acompanhá-la "pari passu"?

Os jornais denunciam que o Governo deixou de aplicar R\$109.000.000,00 na saúde. Esta Casa deveria ter sido a primeira a identificar esse absurdo e a denunciá-lo à sociedade pela imprensa.

Os Deputados têm de retomar a consciência de que são os primeiros fiscais, por missão constitucional. Somos o poder fiscalizador até mesmo do Poder Judiciário, que não cumpriu a Lei nº 10.169, de janeiro, que deveria ter sido aplicada em três meses, e não o foi, e que não cumpre a Lei do Selo de Fiscalização, porque não quer aplicá-la.

Devemos usar melhor nossa competência fiscalizadora, para evitar que tenhamos de fazer mais e mais CPIs pela frente.

O Deputado João Leite\* - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Seu aparte enriqueceu o alerta que fazemos da tribuna com relação à questão suscitada pela discussão desse projeto de resolução.

Enquanto V. Exa. falava, lembrava-me da denúncia trazida por V. Exa. recentemente à Assembléia Legislativa sobre essa histórica jogada ensaiada entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Andrade Gutierrez. A empresa novamente ganhou a licitação para limpar a lagoa da Pampulha. V. Exa. apresentou dados irrefutáveis que acompanharam a denúncia também encaminhada ao Ministério Público sobre esse jogo de cartas marcadas e sobre a relação dessa empresa com a Prefeitura de Belo Horizonte, que já vem de há tempos, culminando, agora, com mais uma vitória.

Semana passada, acompanhando o diário oficial do município, vi novamente mais um encontro da Prefeitura de Belo Horizonte com essa empresa, um aditamento à licitação da Granja Freitas, na construção de casas populares, perto de 200 mil. Não sei se V. Exa. tem alguma informação, mas estamos aguardando uma manifestação do Ministério Público sobre a denúncia de V. Exa. O que houve? O que aconteceu realmente com aquele processo, que se deu numa campanha eleitoral?

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O Promotor que está cuidando do caso ligou-me esses dias dizendo: "Veja o que plantaram no jornal: que o Deputado Miguel Martini e o Vereador Leo Burguês já estavam satisfeitos com as explicações da Prefeitura!". Satisfeitos com algo que está claro que foi um processo de cartas marcadas para a Andrade Gutierrez?! A Andrade Gutierrez não quis deixar essa matéria sair no jornal, mas alguém paga para dizer mentiras. Eu disse: "Longe disso, Promotor!". Ele disse que já estava concluindo e que a coisa era grave.

Viremos a esta tribuna trazer o resultado do Ministério Público, que não está parado, pelo contrário. E exigiremos que a Câmara Municipal de Belo Horizonte cumpra seu papel, que pare de fazer politicagem, porque o Prefeito acerta com a imprensa, paga e sai a notícia que interessa a seus apaniguados.

O Deputado João Leite\* - V. Exa. trouxe a importante informação que o Ministério Público continua agindo. Esse acordo que foi feito é lamentável. Espero que o Promotor possa cancelar essa licitação. Que seja feita a obra de recuperação da lagoa da Pampulha, mas não dessa maneira, com a qual não concordamos.

Para aprimorar o trabalho das CPIs na Assembléia Legislativa, estou propondo um projeto de lei que, se aprovado, fará com que a Procuradoria-Geral de Justiça e os órgãos para os quais for encaminhado o relatório final da CPI, tenham 30 dias para informar a esta Casa sobre o que está sendo feito. Se houver omissão, serão responsabilizados. E, semestralmente, terão de enviar à Assembléia Legislativa relatório das providências tomadas com relação ao relatório final das CPIs da Assembléia Legislativa.

Por isso digo que a Assembléia Legislativa não pode ter medo. O povo espera que a Assembléia não faça o que fez o Senado.

O povo esperava que tudo fosse esclarecido. É isso que o povo de Minas Gerais espera da Assembléia Legislativa.

Trago também a discussão sobre esse projeto apresentado pelo Presidente da Assembléia Legislativa que dispõe sobre o arquivamento dos autos e processos pelo Tribunal de Contas do Estado. O art. 1º estabelece que o Tribunal de Contas arquivará os autos dos processos anteriores a 1997 e não analisados até dezembro de 2001, com exceção dos atos de aposentadoria. Os autos dos processos poderão ser desarquivados a pedido de qualquer cidadão, associação ou Câmara de Vereadores até o período de seis meses contados do arquivamento. Essa é uma excrescência apresentada pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Quero assumir um compromisso com a população de Minas Gerais. Se essa

excrecência passar na Assembléia Legislativa, vou pedir o desarquivamento de todos os autos. Cuidarei disso pessoalmente. Como disse muito bem o Deputado Durval Ângelo, esse é um crime, e querem esconder o cadáver.

Para não errar, fiz uma consulta ao ex-Deputado Arnaldo Penna, e ele me disse que, para que seja formada a culpa, temos de ter autoria e materialidade. Mas eles querem sumir com tudo isso: antes de 1997 não haverá mais nada, tudo o que conhecemos do nosso Estado, os erros, os crimes cometidos. Eu mesmo acompanho com atenção o que o Tribunal de Contas dirá sobre a Prefeitura de Belo Horizonte. A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte estabelece que a Prefeitura de Belo Horizonte tem que aplicar nunca menos de 30% em educação; a Constituição Federal, 25%. A Prefeitura de Belo Horizonte aplica 21%, 23% e, com artifícios, com manobras, tenta dizer que aplica 30%, mas não consegue. O Tribunal de Contas informou que ela não explicou os gastos. E vamos arquivar isso, vamos esconder as provas do crime, a materialidade?! Vejo aqui um dos representantes da Comissão de Justiça desta Casa, Deputado Geraldo Rezende, atento à constitucionalidade, porque a proposta é inconstitucional. O art. 31 da Constituição Federal é claro: "A fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Estado ou do município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver".

Estamos preocupados e esperamos que essa proposta seja reprovada de cara na Comissão de Justiça. Caso contrário, como disse anteriormente, pedirei o desarquivamento de todos os processos porque não é possível que o Tribunal de Contas não tenha condições de julgar todos esses feitos ou "malfeitos" de Câmaras e de Prefeitos antes de 1997. Não concordo com isso e sei que a população de Minas Gerais também não concorda, em meio a tudo o que estamos vivendo no País no âmbito federal, no âmbito estadual, nessa disputa que estamos vendo aí agora, com acusações de uso de recursos do povo de Minas Gerais para uma campanha dentro de um partido.

Denúncias das mais graves, dos candidatos do próprio partido, dizendo que as máquinas do DER estão sendo utilizadas e que recursos do Governo Estadual estão sendo utilizados para beneficiar um dos candidatos à Presidência do partido. As denúncias trazidas pelo Deputado Miguel Martini, em relação à Capital do nosso Estado, são das mais graves. Por exemplo, esse acordo com a empresa Andrade Gutierrez, que a beneficia em relação à Lagoa da Pampulha; com aditamentos em contratos, para beneficiar a empresa. E, agora, vamos esconder tudo? Vamos esconder o que aconteceu em Minas Gerais antes de 1997? Vai-se limpar a pauta dessa vergonha? Espero que tudo seja apurado. O Deputado Miguel Martini foi feliz ao dizer que a Assembléia Legislativa tem de ser a resposta do povo mineiro a essas situações, para formar culpa de crime de responsabilidade daqueles que estão trabalhando dessa forma.

Creio que é importante conceder aparte, neste momento, ao Deputado Geraldo Rezende, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, cujo nome até usei aqui, que receberá tudo isso por esses dias e, cuidadoso como é, analisará detalhadamente.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Deputado João Leite, estava em meu gabinete, acompanhando o pronunciamento de V. Exa. dessa tribuna, e desci ao Plenário exatamente para, em aparte, ratificar o pensamento de V. Exa., que coincide com o nosso. Ainda ontem, fiz dessa tribuna pronunciamento em que fui veementemente contrário ao arquivamento ou à cassação das CPIs que estavam instauradas nesta Casa.

Assim, quero parabenizá-lo, porque somos 77 Deputados nesta Casa, mas somos poucos - e neles me incluo - que sabem a verdadeira função do Deputado, que é exatamente essa que V. Exa. acabou de citar, até invocando a Constituição: legislar, fiscalizar a execução das leis - e repetindo o que disse ontem, é obrigação e dever desta Casa fiscalizar o Poder Judiciário, para saber se está cumprindo as leis -, e fiscalizar o Poder Executivo. Mas, já estamos aqui há muitos mandatos e, infelizmente, acompanhamos essa coisa que não progride, que não avança: o colega Deputado, com todo respeito, que diz que tem de levar coisas para a sua base. Quer dizer, em vez de esclarecer o eleitor da importância do Poder Legislativo, quer é levar-lhe benefícios, o que não é função do Deputado; quer levar cadeira de rodas, estradas, etc. Aí, surgem os políticos fisiológicos - de que Minas Gerais, infelizmente, está cheia -, que se gabam de dizer que conseguiram a estrada, o asfalto para a rua da cidade, isso ou aquilo.

Então, realmente quero parabenizar V. Exa., de coração, por esse magnífico pronunciamento. V. Exa. não pode quantificar o valor dessa contribuição que dá para a sociedade mineira e para o desenvolvimento de uma política sadia e saudável, não só no Estado, mas, partindo de Minas Gerais, uma política saudável para o Brasil. Como V. Exa. mesmo disse, estamos vendo a vergonha que é Brasília, com um Presidente absoluta e comprovadamente corrupto; que corrompeu, agora, para não se criar a CPI no Congresso Nacional; que corrompe Deputados e Senadores, e ninguém fala nada. O povo está à mercê desse tipo de comportamento, que é absolutamente contrário ao que pensamos com relação à política. Então, quero parabenizá-lo e dizer-lhe que, nesta jornada, V. Exa. tem um companheiro: pode contar com este Deputado a que V. Exa. acaba de ceder aparte. Parabéns pelo pronunciamento, e muito obrigado pelo aparte.

O Deputado João Leite\* - Agradeço ao Deputado Geraldo Rezende, cuja presença na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia nos traz um alento porque esperamos que propostas como essa, apresentada pelo Presidente desta Casa, parem na Comissão de Constituição e Justiça e não prosperem na Assembléia Legislativa, para que, em nosso Estado, não haja a possibilidade de uma excrecência como essa. E mais - vejo os Deputados Miguel Martini, Geraldo Rezende e Sebastião Costa -, sei que todos correriam para pedir o desarquivamento na expectativa de punição.

Do contrário, a cada dia vamos perpetuar neste País a injustiça. Muitas pessoas estão presas por crimes que não têm a gravidade dos crimes cometidos por esses ordenadores de despesa, os quais estão sendo analisados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. No entanto, essas pessoas estão sendo absolvidas sem julgamento. Estaremos sendo injustos com todos os outros que cometeram crimes de menor gravidade e estão nas cadeias, superlotando-as, enquanto são absolvidos esses que utilizaram mal o dinheiro público, dinheiro que seria para a saúde, para salvar vidas, dinheiro para a educação. Vamos esconder tudo isso?

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais não pode permitir. Espero, Deputado Geraldo Rezende, que essa proposta morra na Comissão de Constituição e Justiça, que não tenhamos o desprazer de vir à Tribuna da Assembléia para combater essa proposta. A nossa expectativa é de que essa proposta morra na Comissão de Constituição e Justiça. Do contrário, estaremos prontos para lutar em Plenário contra essa proposta. Se ela vencer na Assembléia, estaremos trabalhando, solicitando o desarquivamento de todos os processos, para que sejam punidos, no rigor da lei, aqueles que desviaram recursos públicos, recursos sagrados que deveriam ser utilizados para benefício da maioria da nossa população que é carente e necessita de defesa.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Costa) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queremos discutir o Projeto de Resolução nº 1.410, mas devo dizer que na discussão de ontem parece que o que defendemos já está contemplado num acordo que está sendo concluído e formalizado pelos técnicos da Casa, pelas assessorias e pelos parlamentares.

Como é um projeto de resolução da Mesa, a discussão se dá na Mesa e no Plenário. Quero dizer que nos consideramos atendidos, porque preservamos que o corpo técnico desta Casa do quadro de recrutamento limitado, que são os efetivos, tenham garantida a sua participação, a sua possibilidade de ascensão, até mesmo não permitindo que alguém possa se perpetuar no poder, obedecendo ao princípio do revezamento, que será salutar para esta Casa. Estamos aguardando a redação final desse projeto de lei, mas parece que estaremos sendo atendidos nessa questão.

O Deputado Paulo Piau (em aparte)\* - Antes que V. Exa. mude de assunto, queria também manifestar a nossa preocupação com relação aos destinos desta Casa. Da vez anterior, manifestamo-nos contrariamente à abertura que foi dada para o recrutamento amplo. Esse assunto deve ser bastante debatido. Acho que o entendimento que está se fazendo agora é maduro, e estamos acompanhando a questão, porque, mais do que tudo, temos de preservar, como disse V. Exa., a competência da Casa. A Assembléia Legislativa de Minas é um referencial para o Brasil. E é claro que o corpo técnico, o corpo permanente da Casa é, na verdade, o guardião de toda a estrutura de funcionamento da Assembléia.

Preocupamo-nos, sim, com o recrutamento amplo, porque são pessoas que vêm de fora sem conhecer a cultura da Casa. Vejo com muita simpatia o que se está propondo agora, que é exatamente um limite de tempo, até para dar oportunidade a outras pessoas do quadro permanente. Mas a preocupação central, sem dúvida, tem de ser com a competência, com a estabilidade e com o comprometimento dos servidores da Assembléia com todo o trabalho que aqui se faz. Os Deputados são passageiros na Casa, é importante que a comunidade saiba disso. Podemos ficar aqui 4, 8, 12 anos, mas somos passageiros. E o corpo permanente da Casa é que, na verdade, sustenta toda essa estrutura. É evidente que temos a responsabilidade da decisão política, mas precisamos do assessoramento. E a cultura da Casa deve ser preservada, e o processo legislativo, melhorado. Espero, como V. Exa., que esse projeto de resolução venha na direção de realmente contemplar essa estabilidade da estrutura da Assembléia. Parabéns por suas considerações!

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Paulo Piau. Queria dizer que, enquanto Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE - por dois mandatos,

pude conhecer o funcionamento de todas as Casas Legislativas do País. E já conheci os dois lados da moeda: a própria experiência que vivemos nesta Casa no passado e a outra experiência, de não ser de recrutamento limitado, mas amplo, que também não é positiva, da forma como está sendo feita em alguns Estados. Daí porque acredito que esse acordo talvez vá colocar Minas Gerais na dianteira nesse sentido, pois estaremos resguardando até mesmo o incentivo do pessoal do quadro permanente, garantindo que possam chegar ao topo máximo da Casa, que é a Diretoria-Geral e também que haja um sistema de revezamento que permita que todos tenham oportunidade, para que não haja um monopólio desse cargo.

O binômio técnico-político é que move toda a administração pública do País. O que dá estabilidade é o técnico; quem decide, quem define é o político. Mas ele deve definir fundamentado pelo alicerce dos técnicos. O que seria de nós, Deputados, não fossem assessorias como as nossas, como a minha, que está ali atrás acompanhando com eficiência e competência, assim como o meu gabinete. O que seria de nós, Deputados, não fosse a assessoria permanente da Casa, que tem tanta competência!

Aliás, podemos dizer, com muito orgulho, que temos a melhor Assembléia Legislativa do País, principalmente em termos de assessoria, com a Escola do Legislativo que agora será retomada com todo o incentivo para formação de técnicos. Não sei se o telespectador sabe, se os Deputados sabem, mas já estamos qualificando em pós-graduação os técnicos desta Casa, já temos vários técnicos que estão fazendo - e até mesmo a minha assessora, Dra. Roseli - pós-graduação em Assessoria Técnica, nesta Casa.

Então, avançamos bastante e precisamos ter sempre esse binômio funcionando muito bem, o técnico entendendo o seu papel de técnico, dando suporte para as decisões políticas, e os políticos sabendo utilizar também toda a força técnica. Achamos, Deputado Paulo Piau, que me aparteu, e outros Deputados que estão aqui, que temos que avançar em algumas questões, como nessa que mencionei em meu aparte ao Deputado João Leite. Esta Casa tem que estar mais bem aparelhada para fiscalizar. Somos hoje - e podemos dizer isso - referência no País na nossa competência legiferante, no nosso processo legislativo. O nosso Regimento, o nosso processo legislativo, é extremamente avançado, mas a nossa competência fiscalizadora, como de resto a das Assembléias Legislativas do País, a das Câmaras Municipais, a da Câmara Federal, é totalmente deficiente. Esta Casa já começou, na gestão passada - e parece-me que esta Mesa também vai continuar... Queremos que ela incentive ainda mais a criação de um corpo técnico para, especificamente, fazer o acompanhamento da execução orçamentária, das políticas públicas do nosso Estado.

Estamos percebendo que o nosso Estado está à deriva, estamos em Minas sem governo, infelizmente temos um candidato a Presidente da República em vez de um Governador do Estado. Por não termos um Governador de Estado, até hoje ele não apresentou nenhum programa de governo para nenhuma área no Estado de Minas Gerais. Isso significa que estamos aprofundando as distorções regionais, que estamos fragilizando o nosso Estado, na indústria, na prestação de serviço, no comércio. Até aquilo que tínhamos de bom ele cuidou de estragar - o incentivo à pequena empresa e à microempresa, o Micro Geraes - quando criou uma sobretaxa para os comerciantes que estão atuando em Minas Gerais, que precisam de produtos até de outros Estados. Ele aumentou a contribuição e está praticamente inviabilizando, no mínimo desestimulando a microempresa e a pequena empresa em Minas Gerais.

As grandes empresas estão saindo de Minas Gerais, em vez de entrar, porque, neste Estado, não há governo. O empresário sempre quer aplicar, quer investir, mas quer ter um mínimo de segurança, de estabilidade. O que vemos é um descaso total desse Governo, que não governa Minas Gerais e deixa o nosso Estado à deriva. Então, o que é importante? Que o Poder Legislativo, que tem competência fiscalizadora, esteja acompanhando, como disse. Vimos jornais estampando no domingo que o Governo deixou de aplicar R\$109.000.000,00 na área de saúde, uma obrigação constitucional dele. Deveria ter sido esta Casa a levantar esse dado, antecipadamente, porque a função constitucional é nossa. É claro que a imprensa também tem o seu papel, mas a função constitucional é nossa.

Deputado Hely Tarquínio, já vou lhe dar um aparte, mas, antes, pergunto: como está a arrecadação do Gera Minas, desses recursos de contribuições de pequenas empresas e microempresas para capital de giro? Temos informações de que parece que esse dinheiro está sendo desviado para a Secretaria da Fazenda, não está sendo aplicado, e ninguém está se beneficiando desse recurso para capital de giro, para investimento, para qualificação profissional, para aparelhamento e outros benefícios destinados à microempresa e à pequena empresa. Temos que acompanhar isso, e não esperar que alguém venha fazer uma denúncia.

Por exemplo, aprovamos o SIAF-Cidadão, que o obriga o Governo a dar transparência a seus atos, mas ele se recusa a colocar em prática essa lei, ele descumprindo acintosamente a lei. Está escondendo o que, Sr. Governador? Por que tem medo de que a sociedade saiba quanto está arrecadando, quanto está gastando? Agora está dizendo que vai fazer a moratória. É mais um engodo para os refletores. É mentira, conversa fiada. É só para desviar a atenção daquilo que seria sua missão, ou seja, governar o Estado de Minas Gerais.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)\* - Estamos acompanhando seu pronunciamento, Deputado Miguel Martini. Em relação a nossa missão de fiscalizar, concordo com V. Exa. Acho que, na nossa função de mediador - gosto muito dessa palavra - entre o povo e esta Casa, ouvimos todas as reclamações e reivindicações e as trazemos para as comissões temáticas. Aqui, consubstanciamos em leis o direito do cidadão de viver em uma sociedade organizada que o ampare em todas as suas vertentes existenciais. Por isso mesmo, acompanhando seu pronunciamento, acho que temos de implantar nesta Casa, cada vez mais, o espírito de hipertrofiar a fiscalização. Os instrumentos são constitucionais, eles são determinados principalmente a partir da nova Constituição. Eles são determinados na elaboração do orçamento, no PPAG, no PMDI, mas tudo isso é bastante distante da realidade, constitui uma utopia a ser perseguida por este parlamento. A fiscalização deve ser "pari passu". Vejo-me, muitas vezes, em crise existencial no parlamento, percebendo que minhas atividades não se consubstanciam em bem para a sociedade, do ponto de vista da materialização, daquilo que temos no abstrato, ou seja, dos projetos. Fico preocupado com este parlamento, que serve ao Governo, mantendo vetos que jamais poderiam ser mantidos. E o pior é que muitas vezes derrubamos esse veto, mas isso não se transforma em realidade. Ele é promulgado neste Poder, encaminhado ao Governador, mas depois se perde no esquecimento da fiscalização, na falta de cobrança da sociedade, que precisa vir mais a esta Casa. Precisamos exercer, cada vez mais, a nossa posição. Temos feito isso. Este parlamento melhorou muito. Houve uma abertura democrática de quatro anos para cá, até porque procede essa discussão da Mesa, que gostaria de abordar também. Precisamos fazer valer a fiscalização também para o Governo, haja vista o orçamento. Pegamos, por exemplo, uma rubrica de R\$20.000.000,00 para a saúde. Fizemos a divisão com o Secretário da Fazenda, com o Secretário do Planejamento e com o Deputado Anderson Aduato. Ficou definido um redirecionamento de R\$20.000.000,00 para as diversas regiões do Estado. Até hoje, não aconteceu nada.

Volto a dizer que 80% das leis elaboradas por este parlamento são engavetadas e não refletem a realidade. E esse é o clamor da sociedade. Olhem bem o Regimento Interno da Casa. Amanhã, vai entrar uma lei do Governador que irá sobrepor todas as atividades deste parlamento, paralisando-o. Vejam a força do Executivo no sistema presidencialista. Tudo isso dificulta nossa ação.

Gostaria de sentir-me mais realizado como Deputado, embora venha, trabalhe e me esforce na comissão, porque vejo que toda a atividade do parlamentar não se consubstancia em bem para a sociedade. Talvez estejamos resolvendo apenas 5%, em termos de transformação. O agente político, que somos nós, tem que transformar continuamente a sociedade, adaptando suas exigências. E não estamos fazendo valer essa necessidade, embora trabalhemos muito. Temos que trabalhar nas comissões para criar o espírito da ordem do dia, com uma rotina de fiscalização da secretaria, do Executivo, fazendo tudo isso valer. Não podemos continuar com esse orçamento fictício, que não se transforma em realidade. Tenho a impressão de que 80% do orçamento não se transforma em realidade, não se materializa. E vejamos o gasto que esta Casa tem para trabalhar no orçamento, fazendo as correções devidas, de acordo com o interesse do povo. E isso não está se materializando, não está sendo verdade.

Então, esse é o apelo que faço, para que fiscalizemos mais e para que o Governo esteja mais presente. O Governador não governou até hoje. Ele está preocupado com a campanha para Presidente da República. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Quanto a esse aspecto dos instrumentos e planejamentos públicos, há uma questão grave que precisa ser resolvida no Congresso Nacional. Enquanto esse orçamento for apenas autorizativo, teremos esse problema. O Governador faz se quiser. Então, a chave de tudo é uma mudança de cultura, desse comportamento dos próprios parlamentares.

Há um jogo, Deputado, que tem que ser esclarecido para a sociedade. As bases dos Deputados cobram recursos, mas quem tem os recursos é o Poder Executivo, que aplica quando e onde quer. Ai, o Deputado, para atender às suas bases, acaba votando de acordo com o interesse do Governador, porque ele vai liberar suas verbas. E aquele mesmo eleitor que está em suas bases pedindo verbas está cobrando do Deputado uma postura contra o Governo. Ai, essa matemática não fecha.

Então, o que é preciso? No dia em que transformarmos o orçamento em execução obrigatória, aí, sim, o parlamento vai definir - como acontece nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos - a verba que vai para cada município. Assim, o Deputado não vai depender de favor do Governador para a liberação de verbas. Não precisará negociar nada e terá independência para agir como parlamentar. Mesmo esse Governo que não libera verba para ninguém ainda tem essa base, na expectativa de que sairá alguma coisa para seu município. Enquanto isso, os municípios ficam pressionando o Deputado. Se ele não conseguir os recursos, não terá votos. É um jogo desleal, onde o poder fica concentrado no Executivo. Esse jogo tem que ser alterado por nós. Nós, parlamentares, é que temos que alterá-lo. Com muito custo, conseguimos reduzir a suplementação automática do Governo no ano passado. Mesmo assim, o Governo diz que não irá cumprir. Colocamos na LDO que as emendas dos parlamentares têm execução obrigatória, mas o Governo já disse que não vai

cumprir.

Então, vamos recorrer a quem? Ao Judiciário? Mas ele não aplica a lei. O selo de fiscalização já foi promulgado há um ano e três meses. Derrubamos o veto do Governador, que não quer fiscalização neste Estado, nem no Poder Judiciário, nem nos cartórios. O Judiciário simplesmente ignora e não aplica a lei. É um instrumento para fiscalizar, mas ele não quer. Por isso, saiu no jornal que a CPI dos Cartórios foi arquivada. Não foi, não. A CPI dos Cartórios vai ser implantada neste parlamento. Enganam-se aqueles que pensam que não vai ser. Não foi arquivada. Eu estava na reunião. Aguardem para ver!

Queremos saber quais os interesses que impedem o Judiciário de implantar o selo de fiscalização. Há a Lei nº 10.169, sancionada em janeiro, que deu três meses para os Estados garantirem a gratuidade de certidões de nascimento e óbito, mas o Judiciário ignorou essa lei.

O Executivo não cumpre a Constituição, porque emenda de minha autoria obriga que os Presidentes de fundação e autarquias sejam sabatinados nesta Casa, e o Governador ignora. Temos aí a Loteria Mineira, a Fundação Ouro Preto, o IPEM, cujos dirigentes não foram sabatinados. Então ignoram e descumprem a lei? Como a sociedade fica?

Entendo que este Poder Legislativo tem que se debruçar mais na sua competência fiscalizadora. Temos que fiscalizar melhor o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Executivo, o Judiciário e diria mais - fiscalizar até mesmo a nossa Casa. Essa é nossa função, e temos que exercê-la.

Agora, esse projeto de lei que fala do arquivamento das contas até 1997, é vergonhoso até falar dele. Diria, Deputado João Leite, que não vamos esperar aprová-lo. Vou sugerir à Bancada do PSDB e junto às outras bancadas da Oposição pedirmos todos esses projetos que estão no Tribunal de Contas e que não foram analisados, para sabermos quais as Prefeituras que querem esconder, jogar debaixo do tapete as contas, as irregularidades. Queremos saber isso. E aí é muito simples, porque o Tribunal de Contas às vezes é mais "de faz-de-conta", não analisa as contas e depois nos pede: "Façam uma lei para jogar debaixo do tapete essas contas todas". E a sociedade, o dinheiro público e o cidadão que foi roubado? E a má administração, a má aplicação dos recursos públicos como ficam? Tenho a certeza de que esse projeto não prosseguirá, mas, se assim for, estaremos aqui entrincheirados para derrotá-lo. Não é possível aceitarmos uma vergonha como essa e pediremos quais as Prefeituras que estão querendo esconder, como a de Contagem, que não presta contas há muitos anos. E pergunto: "O que está fazendo a Câmara Municipal de Vereadores de Contagem que não faz nada nesse sentido?"

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Quero informar à população de Minas Gerais que a partir de hoje, aqueles que forem multados por esses radares escondidos nas BRs mineiras devem vir a esta Assembléia e procurar o grupinho que se reuniu no 23º andar do Ed. Tiradentes para retirar as multas, porque queríamos abrir a CPI de Radares e IPEM, radares esses que não pertencem ao DER, radares esses que pertencem a empresas privadas. E temos o direito de averiguar e a informação que nos chega é que de 34 radares até o final do mês teremos 172 radares. Essa é a triste notícia que tenho que dar.

No mais, quero reiterar que o Diretor do IPEM tomou posse em setembro do ano passado e até agora não foi sabatinado por esta Casa.

O Deputado Miguel Martini - Sei também, Deputado Alberto Bejani, que a CPI do IPEM vai ser instaurada, com certeza. Nessa CPI do IPEM certamente os radares serão objeto de investigação, como as empresas que fizeram esses contratos e de que maneira conseguiram a concordância do IPEM. Porque sabemos que temos coisas estranhas nesse Instituto para apurar.

Apoiamos a CPI cuja instalação foi requerida por V. Exa. e, com certeza, a veremos instalada.

Estamos vivendo novos tempos em que a sociedade precisa estar mobilizada e acompanhar a atividade de seu representante na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal.

O cidadão tem de fiscalizar o trabalho daqueles que elegeu. O político tem de representar a sociedade, e não o Governo; tem de cumprir seu papel constitucional - ainda que com o sacrifício de seu mandato - de não se dobrar diante do assistencialismo, diante desse "toma-lá-dá-cá", diante da pressão para fazer coisas que a ética condena.

O processo de mudança já está em curso. A sociedade já não cochila, e cabe a nós, representantes do povo, mostrarmos-lhe os fatos, para que faça seu julgamento.

Enquanto não for implantado o SIAF-Cidadão, vou usar esta tribuna para falar. Enquanto eu tiver mandato, vou bater na mesma tecla: vou falar do Selo de Fiscalização dos Cartórios, que o Judiciário não quer aplicar; vou cobrar todas as leis que aprovei neste Plenário e vou cobrar que os Presidentes de fundações, autarquias e empresas públicas sejam sabatinados nesta Casa. Vou cumprir meu papel. O que vou conseguir não sei, mas a minha parte vou fazer. E, se não conseguirmos por vias normais, conseguiremos por CPIs, por comissão especial, por mobilização da sociedade, com o auxílio da imprensa. Seja lá pelo que for, nosso papel vamos cumprir. É isso que cada um de nós deve fazer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 1.410/2001 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 246ª reunião ordinária, em 23/5/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.341/2000, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.419/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização de Secretarias de Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça, e 7 a 12, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça, 7 a 10 e 12, da Comissão de Administração Pública, e 13 a 16, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 11, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.375/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.211/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 2.232/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro; 2.233/2001, do Deputado Kemil Kumaira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 805/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.449/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.242/2001, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 23/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.364/2001, da Deputada Elaine Matozinhos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a importância estratégica e sócio-económica da pavimentação da Rodovia MG-760, interligando o Município de Timóteo à Rodovia BR-262 na Zona da Mata.

Convidados: Governador e Vice-Governador do Estado; Secretário de Transporte e Obras Públicas de Minas Gerais; Secretário de Turismo de Minas Gerais; Diretor-Geral e Diretor Financeiro do DER-MG; José de Alencar Gomes da Silveira, Senador; Virgílio Guimarães, João Magalhães, João Magno, Tilden Santiago, Ronaldo Vasconcelos e Mauro Lopes, Deputados Federais; Ivo José, Mauri Torres, Paulo Pettersen, Djalma Diniz e Mauro Lobo, Deputados Estaduais; Presidente da AMVA; Presidente da AMEPI; Presidente da Associação Ponte Nova; Prefeitos da região; representantes de Empresas da região.

Discussão e votação de proposições da Comissão que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.210/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.230/2001, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.235/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/5/2001

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.176/2000, do Deputado Agostinho Silveira.

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 24/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discorrer sobre traumas em decorrência do trânsito e da violência urbana.

Convidados: Sras. Bettyh Kopit, Diretora do Hospital João XXIII; Lúcia Maria de Castro Mendes, Cirurgiã do Hospital João XXIII, e Srs. Domingos André Fernandes Drumond, Presidente da Liga Mineira do Trauma e Médico do Hospital João XXIII; Sandragéa Veras, Diretora do Hospital Pronto Socorro de Venda Nova; Celso Novais Borges, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 24/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 23/5/2001, destinadas, ambas, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.341/2000, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências, e 1.419/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização de Secretarias de Estado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.



Palácio da Inconfidência, 22 de maio de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Fábio Avelar, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2001, às 10 horas, no Município de Montezuma, com a finalidade de se debater, com representantes locais, a possibilidade de melhor aproveitamento do potencial desse município para o turismo. Convidados: Srs. Manoel Costa, Secretário do Turismo; Francisco José de Oliveira, Secretário de Indústria e Comércio e autoridades locais.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2001.

Maria Olívia, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Fábio Avelar, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei Federal nº 4.376-B, que tramita na Câmara dos Deputados e que modifica a legislação vigente sobre o instituto de falências e concordatas. Convidados: Srs. Fernando Bolognini, administrador e professor; Márcia Balbino, Juíza da Vara de Falências e Concordatas; Domingos Xavier Teixeira, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade; Stefan Salej, Presidente da FIEMG; Manoel Bernardes, Presidente da CDL-MG; Arthur Lopes Filho, Presidente da FEDERAMINAS; Tiago Fantini Magalhães, advogado e professor; Divino Ailton Fernandes, Presidente do CRA-MG; Francisco José de Oliveira, Secretário da Indústria e Comércio; Lúcio Gutierrez, da CUT-MG; Hélio de Oliveira Barbosa, advogado e professor; Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2001.

Maria Olívia, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 243ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/5/2001

O Deputado Pedro Pinduca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente nas galerias, boa-tarde; falarei a respeito da segurança de Betim.

No ano passado, durante a campanha para Prefeito (fui candidato a Vice do Carlaile), tínhamos compromisso com a população de Betim relativo à criação de uma guarda municipal, para dar mais segurança às escolas e à população. Ontem, o Prefeito mandou para a Câmara Municipal um projeto solicitando R\$470.000,00 para comprar 11 viaturas, 100 coletes à prova de bala, 50 pistolas automáticas. S. Exa. está trabalhando em parceria com a Polícia Militar, e foi criada a Guarda Municipal, que deverá estar nas ruas em setembro.

Quero pedir ao Comandante da Polícia Militar que tenha dó do povo de Betim, que, hoje, está pior do que a Baixada Fluminense. Os comerciantes estão apavorados: põem a esposa dentro do estabelecimento, e ficam do lado de fora, esperando os assaltantes. Está uma vergonha a segurança de Betim. O povo não está agüentando mais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Nobre Deputado Pedro Pinduca, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que o seu pronunciamento vem retratar uma situação de extrema preocupação em todo o Estado. Minas Gerais vai perder o título de Estado seguro dentro de pouco tempo, não por inoperância da Polícia Militar ou da Polícia Civil, e sim pela falta de investimento. O que acontece em Betim acontece em Montes Claros.

O problema não é só com os bandidos, mas também com os menores infratores. Acredito que essa providência foi oportuna, mas nos causa tristeza, porque a segurança pública é de responsabilidade do Governo do Estado. E os Prefeitos, muitas vezes, são obrigados a tirar dinheiro da Prefeitura para comprar viaturas, pistolas, coletes à prova de bala. Betim ainda tem o privilégio de ter esses recursos para comprar o equipamento, mas 99,99% das cidades mineiras não estão nessa situação. Os recursos dos municípios mal dão para cobrir a área da saúde, da educação.

Nobre Deputado, quero parabenizá-lo pela preocupação com a segurança e com a saúde pública de Betim. Pude sentir, na sua fala, a sua preocupação, as suas vistas e seus compromissos voltados para a sua Betim, principalmente para a população mais carente. Quero parabenizá-lo pela influência, como Deputado ligado ao Prefeito, em acudir a segurança pública e a saúde.

Por outro lado, quero lamentar que tenhamos que chegar ao ponto de os municípios gastarem os seus recursos com atividades não inerentes ou próprias do Estado, mas sim do Estado.

Parabéns pelo pronunciamento. Continue sendo esse Deputado aguerrido e simples, porque tenho certeza de que o povo de Betim, que nos está ouvindo e vendo agora, deve estar sentindo orgulho de ter como representante da cidade o Deputado Pedro Pinduca, o Deputado do povão.

O Deputado Pedro Pinduca - O Prefeito Carlaile tem também o compromisso de construir, ainda neste mandato, um batalhão da Polícia Militar, com cerca de 800 policiais, para que a população tenha mais segurança.

Peço, mais uma vez, desta tribuna, ao Comandante da Polícia Militar que acolha o nosso pleito em regime de urgência. Até a loteca do meu bairro foi fechada. Os comerciantes estão apavorados porque está havendo assaltos de dia e de noite. Hoje, em Betim, às 19 horas, já não se pode sair. Há cerca de 20 assaltos por dia a ônibus, seqüestros e assaltos a mão armada.

O Prefeito de Betim está fazendo a sua parte, dando apoio ao Comandante. Contamos com o seu apoio para que Betim tenha segurança e o povo seja feliz.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)\* - Deputado Pedro Pinduca, quero cumprimentar V. Exa. por trazer mais uma vez a esta Casa um assunto da maior importância e da maior gravidade, que é a segurança. Infelizmente, às vezes, nos esquecemos de trazer à tona assuntos como esse, porque a mídia sempre tem um assunto novo em virtude dos vários problemas que a sociedade enfrenta. Hoje, a bola da vez é o "apagão", a crise no sistema energético brasileiro que o País vive e preocupa a todos. Não podemos esquecer o problema

da segurança, que é da maior gravidade e causa preocupação igual ou maior do que o problema que todos também enfrentamos, que é o fantasma do desemprego.

V. Exa., Deputado, que é um homem do povo, que conhece de perto e participa de sua comunidade no dia-a-dia; que tem a experiência de Vereador atuante na cidade de Betim, consagrado nas urnas a Deputado e também a Vice-Prefeito; que conhece de perto seus problemas e sabe que hoje a segurança representa um desafio para todos nós, traz novamente a essa tribuna esse assunto, que é da maior gravidade.

Gostariamos de cumprimentá-lo por seu pronunciamento e dizer que também tenho a satisfação de ver a notícia que trouxe à Casa, de que Betim vem procurando enfrentar, em conjunto com o Estado, esses desafios. Não apenas crítica, mas também apresenta soluções e a proposta de um trabalho de parceria. Queremos ainda cumprimentar a administração de Carlaile, porque acho que essa Prefeitura, que dispõe de recursos e mais condições que outras, é um exemplo para as outras cidades, com a sua participação.

A parceria com a Polícia Militar ajudando a equipá-la em Betim, e a criação da guarda municipal são medidas que ajudam muito a área da segurança. Temos que cumprimentá-lo, e também à administração de Betim, por esse trabalho, que é um exemplo para as cidades que porventura possam ter a sua guarda municipal. Na região metropolitana, as cidades de Santa Luzia, Nova Lima e Contagem já têm guarda municipal.

Esperamos que V. Exa. continue a fazer esse trabalho que o pessoal de Betim conhece, sempre em defesa de seu povo. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Pedro Pinduca - Obrigado, Deputado Fábio Avelar.

O Deputado João Paulo (em aparte)\* - Nobre Deputado Pedro Pinduca, a exemplo do que fizeram outros Deputados que me antecederam, gostaria de cumprimentar V. Exa. pela estréia que faz nesta tribuna. Todos estávamos ansiosos para vê-lo aí, defendendo um tema de grande interesse como esse. Temos informação de que V. Exa. era muito falante, em Betim, era dos mais freqüentes ao microfone na Câmara Municipal, mas ainda não nos tinha dado o prazer de ouvi-lo falar sobre um tema tão importante e atual, que, infelizmente, daqui para a frente, tende a se agravar. Isso não é terrorismo, apenas um reconhecimento da situação que tende a se agravar por causa da escassez de energia elétrica, com a qual passaremos a conviver.

A única medida que tomou o Governo Federal para enfrentar esse problema, depois de dizer o Presidente da República que foi pego de surpresa, é criar o "ministério do apagão", que entra em campo na próxima sexta, promovendo racionamento e apagões em vários quadrantes do País. V. Exa. vem anunciar a solução, ainda que parcial, para mitigar e resolver o problema de segurança pública de Betim. V. Exa. merece cumprimentos por isso também, porque, além de Deputado, é Vice-Prefeito e não tem apenas o verbo para enfrentar essa situação. Tem também a verba. Nós, outros Deputados, não temos recursos para nada. V. Exa. é uma exceção à regra, porque, além do verbo, das críticas que pode fazer, recebe também a verba de Betim, que não é pequena, com a qual, certamente, poderá enfrentar essa situação de segurança com muita eficácia.

A partir de sexta-feira, entra em campo o "ministério do apagão", trazendo terrorismo à sociedade brasileira, depois que o Presidente disse, há alguns dias, que foi pego de surpresa. Hoje, sua assessoria disse que ele não estava lúcido na hora em que deu essa declaração, confessando a sua ignorância e incompetência a respeito das questões deste País. Parabéns e obrigado, Deputado Pedro Pinduca.

O Deputado Pedro Pinduca - Quero deixar um recado aqui para o Comandante da Polícia Militar: o problema da segurança em Betim não é para amanhã, mas para ontem. O negócio lá está feio. As famílias e os comerciantes não podem sair às ruas, porque são cinco ou seis mortes por final de semana. Sr. Comandante, tenha dó do povo de Betim. O Prefeito Carlaile está fazendo a sua parte e contando com o senhor para fazer a sua.

O Deputado Marco Régis - Deputado Pedro Pinduca, quero, deste microfone do Plenário, externar a minha admiração pela sua presença nesta Casa. A sua simpatia conseguiu se irradiar entre todos nós. O acolhimento que V. Exa. teve aqui foi justamente pela sua maneira sincera e transparente de exercer o seu mandato.

Gostaria de me contrapor a algumas intervenções feitas pelos nobres colegas. Reconheço, como todos, que Betim é uma cidade pujante, um município economicamente forte, que pode contribuir com a segurança pública. Discordo, veementemente, que o Estado, seja o de Minas Gerais, seja qualquer outro da Federação, fique cobrando da sociedade parceria para fazer segurança pública. Discordo, com veemência, que sejamos obrigados a comprar viaturas para as polícias, a instalar quartel para o Corpo de Bombeiros, se quisermos ter isso em nosso Estado. Não podemos concordar com essa política neoliberal, que prega o Estado mínimo, que deve cuidar de segurança, educação, saúde, mas que, na verdade, não cuida de nada disso, porque abandona a sociedade, se omite e vive para pagar juros ao capital internacional. Obrigado.

O Deputado Pedro Pinduca - Sabemos que a segurança é dever do Estado, mas, se pudermos trabalhar com parceria, teremos melhor segurança. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, senhores e senhoras da imprensa, visitantes, não é a primeira vez que subimos à tribuna para falar sobre o assunto. No ano passado, o Governo Federal lançou o Programa Alvorada, deixando Minas de fora. Este parlamento se levantou, e o Presidente da República, em atitude digna e humilde, voltou atrás e incluiu nosso Estado. Já se passou quase um ano, e ficamos analisando.

Hoje, assuntos como a fraude e a corrupção têm sido fartamente explorados pela mídia. Há diversas formas de corrupção, e todas são nojentas, mas existe uma pior: corromper a esperança dos necessitados. Em 11 de dezembro, estive nesta Casa a Secretária de Assistência Social, com "status" de Ministro, e sua equipe. Afirmava que, a partir deste ano, todos os municípios seriam beneficiados com o Programa Alvorada, mas já estamos em 16 de maio, e nada aconteceu.

Em 16 de fevereiro, o Ministro da Comunicação, Pimenta da Veiga, na cidade de Almenara, acompanhado da Dra. Vanda Ângelo, lançou, em grande estilo, o Projeto Alvorada, inaugurando simbolicamente o Portal da Alvorada, com o compromisso de instalar os demais portais em 274 cidades mineiras. Pasmem, esse projeto não conseguiu sequer romper a fase inicial de instalação dos portais, sendo que o processo envolve contratos com ONGs, convênios com Prefeituras, compra de computadores e outros equipamentos, contratação de pessoal e outros itens burocráticos. Até este momento, absolutamente nada aconteceu.

O passo seguinte consiste na fase operativa do projeto, uma grande interrogação para todos nós. A falta de informações quanto à instalação da ADENE, que vem substituir a SUDENE, e as conseqüências quanto à montagem da estrutura nos deixam apreensivos com relação ao fato: extingue-se a SUDENE, e cria-se a ADENE. E a SUDENE já vinha trabalhando para a compra desses computadores.

Com a criação da ADENE, paralisou-se tudo. O escritório da SUDENE em Montes Claros foi fechado, e não recebemos mais nenhuma informação. Realizaram o desmonte de um órgão que apresentava defeitos e vícios, mas servia de alguma maneira. Criaram um outro órgão que ninguém sabe o que realizará nem se dará continuidade ao que era da sua competência, para a implantação do Programa Alvorada.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - A frustração que tomou conta de V. Exa. tomou conta de todos nós. Conseguimos vencer uma batalha virtual, mas não recebemos nada em troca, porque ninguém sabe a quem recorrer. V. Exa. está de parabéns pelo pronunciamento lúcido. Temos de procurar empreender uma nova estratégia de ação, porque, senão, terminaremos o ano sem conseguir nada.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Desculpe-me a interrupção, Deputado, mas gostaria de corroborar suas palavras. Protocolei um requerimento, a fim de que esta Casa, de uma forma institucional, solicitasse uma audiência à Ministra Vanda Angel, para que nós, em comissão, junto com V. Exa., com a Deputada Elbe Brandão e com o Deputado Wanderley Ávila, exigamos uma explicação convincente sobre essa demora, os atrasos burocráticos e o descaso para com a nossa região.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Estive recentemente com o Dr. Roberto Amaral, ex-Diretor da SUDENE em Minas Gerais. Ele me contou que ainda estaria para ser

definida qual seria a organização não governamental que implantaria os portais. Com o desmonte da SUDENE, no Norte de Minas, em Montes Claros e no Jequitinhonha, criar-se-á um buraco negro no processo.

Além do requerimento que o senhor está apresentando, do qual já tinha conhecimento e penso ser corretíssimo e importante para nós, sugiro que voltemos a Brasília para uma nova audiência com a Dra. Vanda Angel, que é a responsável pelo Projeto Alvorada em Minas Gerais. Precisamos envolver, mais uma vez, os Deputados Federais nesse processo, a fim de sairmos de Brasília com uma definição, senão, perderemos este ano, e 2002 será o ano da segunda etapa do Projeto Alvorada, com mais 140 municípios.

Não podemos permitir que essa situação continue. Parabenizo V. Exa., que tem representatividade e é muito respeitado na região do Jequitinhonha. Seria importante que eu, V. Exa., a Deputada Elbe Brandão e os outros Deputados, com base nessas providências que estão sendo tomadas, fôssemos a Brasília, para buscar uma definição, senão, todo o nosso esforço escoar por água abaixo, sem que haja uma posição firme e prática por parte do Governo Federal. Parabéns.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. começou a falar sobre a compra dos equipamentos por meio da SUDENE. A seleção chegou a ser concluída, mas, antes da assinatura, houve a exclusão da SUDENE, determinando a suspensão de qualquer ato jurídico, devido à edição da medida provisória.

Só depois que a ADENE for instalada, haverá possibilidade de prosseguir o processo. Mostrando que o assunto não se encontra bem explicado, subimos a esta tribuna para falar sobre os critérios para os recursos da FUNASA. O Projeto Alvorada "pegou carona" num programa já existente, por meio de emendas parlamentares ou do próprio orçamento do Ministério da Saúde. Tudo se encontra muito mal explicado na questão do Projeto Alvorada.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)\* - Deputado Márcio Kangussu, amanhã estaremos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves e, depois de amanhã, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gostaria que V. Exa. pensasse na inversão de seu requerimento e dar-lhe-ei minhas razões. Sinto-me representada, em Brasília, pelos Deputados Federais da bancada mineira, que poderiam vir a esta Assembléia a fim de nos esclarecer tudo isso. Não quero "tapar o sol com a peneira", negando possíveis falhas do Governo Federal, como nunca me furtei a reconhecer os problemas que o Governo do Estado enfrenta. Precisamos saber como se encontra a integração das ações do Governo do Estado com o Governo Federal, no tocante aos programas de combate à seca e a tantos outros.

Não quero simplesmente jogar pedras. Acho que o modelo das agências de desenvolvimento moderniza e vem atender à discussão. Estamos tendo a primeira experiência com a bacia do rio Verde Grande, em Janaúba, e constatamos a participação da comunidade no processo de discussão. Creio que poderia ter nascido no momento em que o Presidente editou a medida provisória extinguindo a SUDENE. Acredito que a forma como se tem pensado e discutido o IDENE, em Minas Gerais, visando a seu aprimoramento, seja o caminho ideal, cujo modelo poderia ser seguido em nível federal.

Estarei, como sempre, na luta por nossa região, mas precisamos fazer com que nossos Deputados Federais e os Ministros mineiros que nos representam em Brasília se envolvam na questão. Creio que o Ministro Serra, assim como o Ministro da Educação, poderiam vir a Minas para abrir uma discussão sobre o assunto. Gostaríamos de contar com o apoio do Deputado Carlos Pimenta, que estará conosco, com a Bancada do PMDB, em Brasília, para participar de audiências. Que façamos disso uma bandeira da Bancada do PSDB.

Amanhã, V. Exa. estará com o Ministro Jungman, que faz parte do Governo Fernando Henrique Cardoso; ele poderá esclarecer o processo e se comprometer com Minas Gerais e com a Área Mineira da SUDENE.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Deputada Elbe Brandão, assim como V. Exa., nenhum de nós, parlamentares, quer jogar pedras em ninguém. Queremos exigir o que nos é de direito e o povo espera.

Logicamente, acho que seria mais oportuno que a bancada federal tomasse essas iniciativas. Mas "gato escaldado tem medo de água fria" - da vez passada, se não nos mobilizássemos e convidássemos a bancada federal e os Senadores ...

Talvez Brasília seja grandiosa. Mesmo não tendo espaço na mídia, têm trabalhado, mas não têm feito chegar até nós suas ações. O que sei é que o Projeto Alvorada não terá nenhuma ação em Minas, enquanto não for oficialmente instalada a ADENE. Talvez os Deputados que irão a Brasília tragam essa resposta.

Segundo informações, a ADENE só será instalada após o processo de extinção da SUDENE. Parar um órgão é fácil, mas extingui-lo depende de tantas formalidades jurídicas que não sei até quando.

Outros dados poderão nos trazer como respostas, porque dirão que o Projeto Alvorada está funcionando por meio de bolsa-escola, PFS, enfim, programas já existentes e muito timidamente. Precisamos é do que ouvimos em Brasília e daquilo que ouvimos da Wanda Angel.

Não há um único dia em que os Prefeitos com os quais trabalho não tenham essa queixa. Então, isso pode passar a um estelionato político. Saímos daqui e fomos a Almenara, com toda a pompa, dizendo que, nas setenta e tantas cidades, seriam instalados os portais e os programas seriam implementados no início deste ano. Isto foi dito claramente. A população ficou esperançosa. E agora? É preciso que nós, representantes do povo mineiro, os Deputados Federais e sobretudo o Presidente da República demos respostas urgentes aos anseios do povo.

A pior de todas as corrupções é corromper a esperança de um povo que precisa de ações imediatas e de um governo que foi eleito para isso - melhorar a qualidade de vida, sobretudo na área pobre do País. E o Jequitinhonha e o Norte de Minas estão inseridos nesse quesito. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje os jornais de Belo Horizonte noticiaram com destaque nas páginas políticas, e tenho aqui um exemplar do "O Tempo" - vi a matéria no "Estado de Minas" e no "Hoje em Dia" -, com a manchete: "Assembléia veta 8 pedidos de CPIs. Por sugestão do Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, decidi não abrir nenhuma nova investigação".

Estou aqui há quatro mandatos e vejo que o Regimento Interno da Casa e os processos legislativos mineiro e brasileiro não permitem quase nada ao Deputado. O Deputado não pode fazer quase nada. O que pode fazer? É só aplicar a "filosofia da lagartixa". Lagartixa é aquele bichinho que sobe nos muros e a sua cabeça só mexe no sentido vertical, não tem o movimento horizontal na cabeça. E o que essa Casa tem feito? Só tem votado matérias do Governo e aplicado a "filosofia da lagartixa". A maioria não sabe fazer o movimento horizontal: dizer "não" àquilo que é preciso. Mas deve dizer "sim" às coisas que necessariamente são de interesse de todo o povo mineiro.

Fiquei desapontado e decepcionado quando vi essa manchete, que diz mais ainda: "CPIs Vetadas. A argumentação da Assembléia Legislativa, do Deputado Antônio Júlio, para justificar o veto dos pedidos das CPIs".

Vejamos as CPIs que foram cassadas: a CPI dos caça-níqueis - caça-níquel é aquela roubaheira institucionalizada, fonte de corrupção e ladroeira, e todos os que mexem com isso deveriam estar na cadeia. Mas a CPI foi cassada.

A CPI do uso indevido de bens públicos foi cassada. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos fazer uma CPI para investigar o uso indevido de bens públicos? Onde é que estamos?

A CPI do crime organizado. A Assembléia nada pode fazer contra o crime organizado; não pode investigá-lo, pois isso está sendo vetado aqui.

A CPI do Código de Trânsito. Mas que Código de Trânsito? O Código de Trânsito até que foi uma boa idéia, mas ninguém o cumpre! É complicado...

A CPI dos cartórios. O cartório é essa vergonha nacional. Estou nesta Casa há 15 anos, e há 15 anos pelejamos para votar a regulamentação dos cartórios, o que não foi votado até hoje, porque há um Deputado que é tio ou sobrinho de alguém que é dono de cartório, porque o tataravô do Deputado foi dono de cartório lá no século XVII, e sua família continua no cartório até hoje. Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Deputado não agüenta esse negócio, não. Conviver com isso é demais. Confesso publicamente aos mineiros e aos brasileiros que não tenho espírito para conviver com essa malandragem, com essa sacanagem organizada, que é essa ordem social brasileira, principalmente a ordem social mineira. Ô coisa custosa, ô coisa difícil!...

A CPI da CEMIG. Por que não fazê-la? Não sei.

A CPI do IPSEMG. O IPSEMG é aquele negócio pelo qual o Governo arrecada do funcionário público, mas não leva o dinheiro para lá. O Governo passado tirou do IPSEMG R\$1.200.000.000,00, e não depositou na conta do Instituto. Deveria passar essa porcaria aos próprios donos do IPSEMG, para que possam administrá-la e, aí sim, penalizar quem não for correto. Mas não. Fica o Governo querendo isso, evidentemente para usar o dinheiro para acudir outras coisas.

E a CPI dos radares, não é, Deputado Bejani? Que coisa vergonhosa!... Não se pode fazer uma CPI porque os radares são da área federal. Ora, mas é dos mineiros que estão roubando dinheiro! E mais: não vivemos na União, nem mesmo no Estado, mas nos municípios. Em um segundo momento, vivemos no Estado, mas, em primeiro lugar, é nos municípios. E a Assembléia não pode fazer uma CPI para olhar coisas do Estado de Minas Gerais? Ora, Sr. Presidente, não tem jeito! Sejam mais coesos e consentâneos com os tempos atuais!

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve um desapontamento total. E ainda houve um argumento cujo autor, penso, foi muito infeliz. Diz-se aqui, a respeito da CPI do Código de Trânsito: "Investigar se o Código está sendo bem aplicado não é matéria para CPI; é tema para debate". Mas vejam: somos os legisladores. E quais são as funções principais do Legislativo? Elaborar as leis, fiscalizar o Poder Executivo e fiscalizar a aplicação das leis. Isso quer dizer que podemos fiscalizar até o Poder Judiciário. Até ele tem de ser fiscalizado por esta Casa. Não podem fazer o que bem entendem.

Por que não podemos fiscalizar, em nosso Estado, a aplicação do Código de Trânsito? É preciso que alguém explique, porque a minha cabeça não atinge esse nível de entendimento.

A CPI do crime organizado: as prerrogativas para uma CPI constam do Regimento Interno, do art. 112 ao art. 114. Hoje de manhã, na televisão, apareceu aquele meliante, traficante de droga que fugiu do Rio de Janeiro, porque Minas Gerais é um paraíso, onde não existe lei nem justiça. Não há fiscalização. O Fernando Beira-Mar fugiu do Rio, veio para Betim, foi preso e comprou a sua fuga.

Alguns jornais dizem que comprou a sua fuga por R\$720.000,00, outros, por R\$500.000,00 ou R\$600.000,00. Quanto não sei, só sei que a sua saída foi comprada. Isso é claro, embora tenha negado na televisão. Diz que 60% dos policiais civis mineiros estão envolvidos com o tráfico de drogas em Minas Gerais. Por que não pode haver CPI para investigar o crime organizado?

Há um marginal chamado Élmer Guilherme, da Federação Mineira de Futebol, há cerca de 19 anos Presidente da FMF. Seu pai foi Presidente durante 21 anos. Há 40 anos, pai e filho dirigem a Federação Mineira. Outro dia, seu depoimento no Senado foi: "O senhor tem uma empresa que presta serviços à Federação Mineira?". "Tenho, sim." "Acha que isso é ético?" "Não. Não é ético." "Acha que isso é legal?" "Não. Não é legal." Houve uma terceira pergunta da qual não me lembro muito bem - porque isso me deixa tão desorientado, tão desapontado -: "Acha que isso é moral?" "Não. É imoral."

Se o seu inquiridor tivesse perguntado se roubou da Federação, ele teria respondido que sim. Com certeza diria que sim, na maior cara-de-pau.

E nós sem poder fiscalizar, porque o Colégio de Líderes não deixa. O meu Líder não estava por mim autorizado a negociar a retirada dessas CPIs da pauta da Assembléia Legislativa. Não foi discutido no PMDB, e não autorizei ninguém. Se essa discussão fosse para o partido, não autorizaria. Assim como não autorizaria a retirada da CPI do ilustre Deputado Alberto Bejani, que está lutando sozinho contra essa máfia desses ladrões conluídos com o Governo Fernando Henrique, que é outro corrupto. Comprovadamente corrupto. Corrompeu, agora, para não deixar que se instaurasse a CPI no Congresso Nacional, comprando Deputados, Senadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde estamos? Que País é esse? Vamos debater até o fim. Vamos enfrentar essa questão. Vamos propor, Deputado Alberto Bejani, outra CPI. Com relação a essas multas, vou concitar o povo mineiro a fazer uma desobediência civil, não as pagando. Quero ver que medidas o Governo vai tomar. Concito o povo mineiro que for multado indevidamente por essa camarilha de ladrões: façam uma desobediência civil. Não paguem essas multas, porque isso é um absurdo. É fonte de corrupção. É fonte de safadeza. Não temos estradas, porque estão todas esburacadas. Não existe ordem ou fiscalização.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)\* - Deputado Geraldo Rezende, faço coro com suas palavras. Com certa tristeza, tivemos essa notícia, porque hoje também estamos decepcionando várias pessoas. No caso da CPI do IPSEMG, tive a oportunidade de fazer contato com muitas pessoas que me procuraram no gabinete, preocupadas com a onda de denúncias envolvendo a instituição e com as medidas drásticas que foram tomadas pela direção. Os funcionários que fizeram as denúncias foram punidos com a demissão. E ficou por isso mesmo. A Assembléia perdeu uma grande oportunidade de mostrar ao povo que tem condições de fiscalizar. A sociedade acredita em pouca coisa. A CPI é uma delas, porque é um instrumento que ainda tem credibilidade. Como V. Exa. muito bem lembrou, tivemos a oportunidade de constatar isso, ou seja, a decepção dos brasileiros quando foi barrada a CPI da corrupção, principalmente pela forma como isso aconteceu.

O outro caso citado por V. Exa. é a CPI dos radares, esta vergonha nacional, que nos deixa indignados. Perdemos também outra grande oportunidade. O pedido de instalação dessa CPI teve a assinatura de 76 Deputados. Somente o Deputado Adelino de Carvalho, por motivo de doença na família, não pôde assinar o pedido. É muito triste o que aconteceu, porque seria uma forma de mostrarmos à sociedade que a Assembléia também pode exercer esse importantíssimo papel fiscalizador. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Deputado do PMDB de Minas Gerais ainda não perdeu a capacidade de se indignar. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, ocupamos esta tribuna para falar sobre o PSB, que tenho a honra de presidir em nosso Estado, além de ocupar a Liderança da bancada.

Antes de tratar desse assunto, enquanto Delegada-Geral de Polícia, não posso deixar de manifestar-me sobre a fala indignada e absolutamente compreensível para todos que tiveram a oportunidade de ouvir o nobre Deputado Geraldo Rezende. Compartilhamos de suas palavras, temos pelo Deputado o maior respeito e carinho. Sabemos o quanto já engrandeceu o nosso Estado por meio de ações sérias, ações políticas das mais competentes.

Não concordamos, não podemos permitir que um marginal, um traficante internacional, um bandido, estimulado não sei como nem por quem, diga que 60% da Polícia Civil é corrupta. Isso é uma grande mentira, porque a nossa instituição, na sua grande maioria, é composta por homens e mulheres dignos e honestos.

Quero ressaltar, com muita ênfase, que os desvios de comportamento têm sido punidos pela nossa Corregedoria de Polícia de forma muito séria e rigorosa. Inúmeros são os policiais que já foram exonerados do quadro da Secretaria da Segurança Pública por desvio de comportamento. Ao escutar que 60% dos nossos policiais são corruptos, quero, com a mesma veemência, manifestar a nossa indignação. Não é essa a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Pelo contrário, é uma polícia reconhecida nacionalmente como a melhor do Brasil.

Portanto, aqui queremos fazer essa ressalva, porque não tivemos tempo de apartear o nobre Deputado Geraldo Rezende.

Srs. Deputados, hoje vimos aqui, com muita alegria, para falar da contribuição que o PSB dá ao povo brasileiro. Estou me referindo ao relatório do Senador Saturnino Braga, uma das grandes estrelas do nosso partido, que deu parecer pela cassação dos Senadores Arruda e Antônio Carlos Magalhães. Fizemos um pronunciamento aqui na tribuna há alguns dias e tínhamos certeza de que a conduta do nosso Senador não seria outra senão essa de punir pessoas que estão, ao longo da história, fazendo do espaço político verdadeiros currais. Hoje, estamos vendo que o PSB dá uma contribuição muito grande. Em nome da bancada e em nome do partido em Minas, queremos dizer da nossa satisfação em ter, em nossos quadros, pessoas como Saturnino Braga e em ter um partido que tem contribuído tanto para o nosso País.

Mas também ocupo esta tribuna para tratar de um assunto que muito me importa e que, acredito, será de grande relevância para o futuro político do País: refiro-me à situação política e aos planos do PSB para o Brasil.

O PSB, que em outros tempos foi chamado de esquerda democrática, é o partido cujo objetivo, no plano político, é a busca da conjunção de dois valores fundamentais e interdependentes, a liberdade e a igualdade, ou seja, o socialismo e a liberdade.

Nesse final de semana, teve lugar em São Paulo o Encontro Nacional de Deputados Estaduais do PSB, em que pudemos discutir os rumos da economia nacional, além de um projeto nacionalista de construção e implementação do socialismo. Lá estiveram, representando os socialistas de Minas, além de mim, os Deputados Sargento Rodrigues, Edson Rezende e Chico Rafael.

Tal como planejado, após reunião com nossa executiva nacional, tivemos ótima palestra com o Prof. Luciano Coutinho, que nos falou sobre as perspectivas da economia brasileira. Na oportunidade, quando discutimos políticas públicas, que vêm sendo instauradas pelo PSB em todo o País, muito me chamou a atenção o trabalho que vem sendo realizado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, o socialista Anthony Garotinho.

Sob o seu Governo, façamos justiça, o Rio de Janeiro, que é um Estado repleto de problemas sociais, vem conhecendo uma série de programas de inclusão das populações excluídas e de segurança para os já inseridos na atual sociedade de consumo. Em suma, o Rio de Janeiro, sob a boa governança de Garotinho, tem realizado grandes investimentos na área social, econômica e tecnológica, fazendo o possível e o preciso para a melhoria das condições da população carioca.

Entre os programas que pudemos conhecer, primeiramente me chamou a atenção o Programa Delegacia Legal. O Delegacia Legal, reconhecido internacionalmente como uma das maiores revoluções já feitas no espaço das delegacias, além da total informatização dos serviços policiais de forma a tornar mais eficiente o trabalho de investigação, tem servido para viabilizar a eliminação futura da carceragem nas delegacias. Mas isso, que é também defendido por vários políticos de nosso Estado, só pode se dar na medida em que sejam oferecidas as condições materiais e políticas para tanto. Se quisermos acabar com a carceragem nas Delegacias, se quisermos transferir os presos da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Justiça, é melhor que atentemos para iniciativas como essa, do Governo do Rio de Janeiro, onde já existem, hoje, 14 das chamadas Delegacias Legais.

Mas como a questão da violência não é apenas caso de Polícia, o Rio tem também liderado uma grande campanha pela paz, denominada "Todos pela Paz". Com ações específicas nos quartéis e nas escolas; com a promoção de "shows" e festivais de música, o programa é um exemplo de conscientização, um instrumento prático e eficaz na luta diária contra a violência.

Sabemos que a repressão policial, ainda que acompanhada de um programa de conscientização, pouco sucesso poderá lograr se não houver políticas de inclusão social e de educação das camadas populares. Por isso mesmo, outros inúmeros programas têm trabalhado nesse sentido.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheira Deputada Elaine Matozinhos, gostaria de destacar um dos assuntos que foi abordado por V. Exa. e de dizer que solidarizo-me com V. Exa. Apesar desse lamaçal, que desabou sobre o País, com denúncias e mais denúncias de corrupção, principalmente no Governo Federal, as quais estão sendo trazidas a público, gostaríamos de destacar o posicionamento do nosso Senador Saturnino Braga, relator, que pede a cassação de Antônio Carlos Magalhães. Como bem disse, é um coronel da Bahia, que tristemente nos faz lembrar esse tipo de conduta que teve no caso do painel eletrônico e por parte do Senador José Roberto Arruda.

O Senador Saturnino foi muito claro e tranqüilo em seu relatório, em que constou sua decisão. Os dois Senadores são réus confessos. Ficou claro que tanto o Senador José Roberto Arruda estava mentindo e mentiu como também o Senador Antônio Carlos Magalhães. Há poucos dias, comentando com outro Deputado, em Brasília, chegamos à conclusão de que o Senador Antônio Carlos Magalhães além de ter mentido no Conselho de Ética do Senado tinha ainda a responsabilidade como Chefe do Senado Federal.

Se admite que recebe uma lista ilícita contendo uma votação secreta, a providência que deveria tomar até por força de lei seria a de convocar a Mesa e, em reunião com o Corregedor da Casa, determinar providências. No entanto, isso não aconteceu. Simplesmente disse à população que rasgara a lista e que não sabia mais onde se encontrava. Mas o Senador assumiu que recebeu a lista, sendo caracterizado que foi omissivo em suas decisões enquanto Chefe do Poder. Então, a decisão foi muito acertada. O Senador Antônio Carlos Magalhães não só quebrou o decoro parlamentar como também cometeu crime de responsabilidade. O Senador foi omissivo.

A decisão do relator foi muito acertada. Esperamos que o País não passe uma vergonha como a que passou com a CPI da Corrupção, já que o Senador Saturnino Braga, do PSB, tomou essa decisão corajosa. Esperamos que os demais Senadores cerrem fileiras junto a ele nessa decisão e votem "sim" pela cassação dos dois Senadores. Assim, o Senado Federal estará dando ao País o exemplo que o Presidente da República não deu quando abafou, de forma nojenta, a CPI da Corrupção. Quero destacar, mais uma vez, que V. Exa. está de parabéns por estar abordando assuntos de extremo interesse, não só para o Estado, mas também para o País. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço, nobre Deputado Sargento Rodrigues.

Hoje, estamos vendo um esforço visceral dos políticos, Senadores e Deputados, ligados a esses Senadores, cuja cassação foi proposta, querendo buscar até mesmo recursos junto ao Supremo, para que a votação seja secreta. Estão com medo da votação aberta. Estão querendo usar mais esse artifício, para que encubram essas mazelas que, sabemos, têm ocorrido com alguns políticos.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Agradeço a oportunidade, nobre colega e Líder do PSB, Deputada Elaine Matozinhos.

Quero reforçar as suas considerações em torno do nosso companheiro do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Tivemos oportunidade de estar em São Paulo, na sexta-feira próxima passada, com o Governador Anthony Garotinho, de acompanhá-lo e ouvi-lo. Pudemos detectar que o PSB ganhou muito com a adesão do Governador do Rio às nossas fileiras.

O relatório apresentado pelo Senador Saturnino Braga é a colaboração que o PSB pode dar em favor da política nacional, em favor do nosso País, no que diz respeito à limpeza do processo político. Precisamos eliminar da vida pública homens como Antônio Carlos Magalhães, como o Senador Arruda e outros que ainda estão lá, para que o povo possa acreditar no processo político, nos homens públicos, porque é o único caminho que temos de transformação do nosso País. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço o aparte, Deputado Chico Rafael.

Quero, neste momento, dizer que o PSB teve posições firmes com relação ao nosso Deputado que, descumprindo orientação partidária, retirou o seu nome do requerimento da CPI da corrupção. Por isso, foi expulso do nosso partido. Isso, sim, é mostrar coerência e determinação.

Gostariamos ainda de dizer que, em Minas Gerais, temos o Prefeito Wander Borges, de Sabará, que teve a maior aceitação popular, com 95% dos votos daquela cidade; temos o

Prefeito Celso, nosso companheiro de Mariana, que mostra, na realidade, o que é uma administração socialista.

Com alegria e satisfação, faço essas colocações partidárias e importantes para Minas e para o Brasil. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Elbe Brandão, iria apartear o Deputado Geraldo Rezende para parabenizá-lo por ter entrado no tema do "abafa" da CPI estadual. O abafamento da CPI nacional tem sido muito comentado e deve realmente repercutir, sendo que o simples fato já merecia uma CPI: a CPI da CPI, já que o Governo gastou muito dinheiro nesse processo, o que foi alardeado por toda a imprensa.

Aproveito este momento para fazer repercutir a fala do Deputado Geraldo Rezende e para falar sobre o fato de a Assembléia Legislativa, que tem oito CPIs na espera, decidir, por seu Presidente, que essas CPIs não existirão, por uma série de fatores. Aliás, há um recurso, a que sou favorável, dos Deputados João Leite e Durval Ângelo, na Comissão de Justiça, contra a decisão de sepultamento dessas oito CPIs, sendo que todas tinham o número de assinaturas suficiente para serem instaladas.

A propósito, irei ater-me a uma delas por mais tempo: a CPI do crime organizado, que foi fruto de uma solicitação do Deputado Marcelo Gonçalves, a partir da experiência e dos resultados da CPI do Narcotráfico nacional e, principalmente, da mineira, da qual fui relator e o Deputado Marcelo Gonçalves foi Presidente.

Por unanimidade, os Deputados da CPI, ao analisarem a CPI do Narcotráfico, observando casos e denúncias de tráfico de droga, esbarraram em outras modalidades de crime organizado. O Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa, disse à imprensa que é contra essa CPI porque a Assembléia Legislativa não é delegacia de polícia. O Deputado Antônio Júlio, que não está presidindo a sessão hoje, parece não ter entendido o papel que tiveram as CPIs do Narcotráfico nacionalmente. O tráfico de droga e a droga em si transformaram-se em um drama social da maior relevância. Trata-se de um problema mundial, que ganha uma dimensão muito grande a partir de números que podemos analisar. A partir de dados oficiais, o nosso relatório indica que 20 mil pessoas em Belo Horizonte vivem do dinheiro do tráfico de drogas, como mães de família, adolescentes e crianças. Isso mostra a dimensão social desse problema, fora a dimensão social derivada do uso da droga, que, todos sabemos, é um grave problema social.

Qual é o problema na esfera política? O Deputado Antônio Júlio talvez não tenha percebido isso, mas insistiremos nesse assunto sempre. O narcotráfico, como um segmento do crime organizado, entrou no aparato estatal, corrompendo pessoas no parlamento, como o Deputado do Norte do País que foi cassado a partir da CPI nacional. O narcotráfico entrou também no aparato do Judiciário. Vimos exemplos disso tanto na CPI nacional quanto na mineira, em que até no Ministério Público detectamos o problema do tráfico de droga. Ele entrou principalmente nos órgãos de segurança pública, que deveriam combater esse segmento do crime organizado. Ele se infiltrou no aparato dos órgãos de segurança em uma dimensão enorme e com dados tão assustadores que surpreendem até um traficante do porte do Fernando Beira-Mar. Fomos colher o seu depoimento como Deputados da Assembléia Legislativa, porque não obtivemos do Presidente compreensão para nos qualificar como representantes da Assembléia Legislativa, como gostaríamos. O traficante Fernando Beira-Mar repetiu por diversas vezes que há um problema sério na Polícia Civil de Minas, pois concorre com os traficantes na modalidade do tráfico de droga. Não levaremos o que disse em consideração, mas a própria CPI constatou diversos problemas no aparato de segurança do Estado.

Como consequência, várias denúncias, inicialmente sobre o narcotráfico, esbarraram em outra modalidade de crime organizado, o que nos coloca a necessidade de continuar apurando esses casos, pois se tornam um problema político, e não, apenas um problema de polícia. Sabemos muito bem a diferença entre o papel de uma delegacia de polícia e o da Assembléia Legislativa. Mas não é possível dizer que o crime organizado não seja, no Brasil, um problema político. Só não enxerga essa realidade quem não quer. Dizer, portanto, que a CPI não merece ser instalada porque não somos delegacia de polícia é, no mínimo, não entender o processo da CPI do Narcotráfico aqui realizada, sendo que o mesmo aconteceu em nível nacional.

Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues, um dos membros atuantes da CPI do Narcotráfico, para que dê sua opinião, após o que seguirei fazendo a análise de outras CPIs que, equivocadamente, como já disse o Deputado Geraldo Rezende, foram sepultadas pelas mãos do Presidente desta Casa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputado Rogério Correia, V. Exa., assim como o Deputado Geraldo Rezende, levantou uma questão de extrema importância, e não podemos nos calar neste momento. Sabemos da competência do Presidente Antônio Júlio, enquanto Presidente do Poder, mas não podemos deixar de questioná-lo, inclusive regimentalmente. Desconheço algo, no Regimento Interno, que venha a amparar a decisão tomada no Colégio de Líderes. Não acredito que tenha sido feita a vontade da maioria absoluta do parlamento, e poderemos levantar uma questão de ordem a ser analisada pelo Plenário, já que ele é, regimentalmente, soberano.

V. Exa. colocou muito bem a necessidade de se instalar a CPI do crime organizado. Ao dizer que não somos delegacia de polícia, o Presidente Antônio Júlio foi infeliz. E isso porque o próprio Delegado de Polícia de Montes Claros, em depoimento na CPI do Narcotráfico, disse que a polícia não conseguia chegar ao segundo andar do inquérito, exatamente pela questão política. Quando as questões políticas estão em jogo, as chamadas "forças ocultas", que continuam atuando, fica difícil o trabalho da polícia. Temos que instalar a CPI porque acaba se tornando uma força-tarefa, como foi o caso da CPI do Narcotráfico, em que tivemos a participação da Polícia Federal, do Corregedor da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Ministério Público, acompanhando os Deputados. A CPI do crime organizado é uma necessidade urgente, já que a própria polícia declara não conseguir chegar ao segundo andar do inquérito por esbarrar em questões políticas. Havendo a presença de sete parlamentares numa CPI, os obstáculos são rapidamente vencidos, dando-nos condições para apresentar respostas à sociedade.

Observamos a CPI do IPÊM, com a conseqüente aferição dos radares, situação que ainda não engoli. Estaremos prontos, tanto eu, que fui relator da Comissão Especial das Multas, como o Deputado Alberto Bejani, que a presidiu, para solicitar uma CPI, que tem poderes de autoridade judiciária, dando-nos condições para continuar o trabalho. Quanto à informação dos assessores ao Presidente Antônio Júlio, dizendo que a CPI dos radares não poderia ser instalada porque estaríamos investigando o DNER, trata-se de uma inverdade. Se analisarmos o requerimento, verificando o objeto da investigação, veremos que ela não se encontra direcionada especificamente para o DNER. Agora, quanto a se dizer que não podemos investigar o Consórcio Rodovida, que não é Consórcio Rodovida coisa nenhuma, que é consórcio "rodolucro", que vem assolando o bolso do contribuinte, desrespeitando-o, quero fazer coro, sim, com o Deputado Geraldo Rezende e dizer à população que ela não deve pagar essas multas e deve cometer uma desobediência civil, porque isso é um assalto ao bolso do contribuinte. E o pior de tudo: estive com o Deputado Alberto Bejani em Brasília, na segunda-feira passada, para conversarmos com o Diretor-Geral do DNER, Sr. Jaime Pacheco, e o que aconteceu? Tínhamos lá 11 pessoas do Consórcio Rodovida esperando-nos para realizar um parecer técnico dentro do DNER, que é o órgão máximo. E pergunto: parecer técnico? Parecia que eles estavam comandando tudo, lá em Brasília.

É uma máfia, e ela tem de ser desmascarada. Só temos um instrumento legal para isso, e chama-se comissão parlamentar de inquérito. E nós, Deputados, que temos o dever constitucional de fiscalizar e recebemos essa missão do povo, não nos podemos calar neste momento.

Portanto, V. Exa. está de parabéns, e quero aqui apoiar as suas palavras e dizer que não podemos ficar calados diante da atitude do Presidente Antônio Júlio. Temos de procurar regimentalmente e ir à tribuna exigindo que essas CPIs sejam instaladas o mais rápido possível, não para servir de palanque para Deputados, mas para darmos uma resposta ao povo mineiro, que não agüenta mais pagar tanto tributo e não ter aqui o instrumento legal por meio do qual o seu representante possa defendê-lo. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. foi um dos mais atuantes membros da CPI do Narcotráfico. Compreendemos a importância que essa CPI teve no cenário mineiro - diria que foi uma das CPIs mais importantes que já tivemos na Assembléia Legislativa em todos os tempos, não apenas pelo trabalho que fizemos, mas pela importância do tema e das conclusões. Por isso, ganhou relevância nacional. Tanto é assim que a própria CPI nacional do Narcotráfico propôs ao Congresso Nacional, e depois a proposta foi reforçada pela CNBB, a formação de uma comissão permanente de combate ao crime organizado, tamanha a repercussão.

A própria Igreja Católica, este ano, estabeleceu como tema da Campanha da Fraternidade "Não às Drogas", compreendendo a dimensão social que isso ganhou e o problema político que já localizei, reforçado pelo Deputado Sargento Rodrigues.

Portanto, há uma compreensão nacional da importância do tema e de sua apuração pelos parlamentos brasileiros. É claro que a CPI do Narcotráfico tinha seus limites, porque não alcançava todas as esferas do crime organizado, apenas uma delas - o narcotráfico. Por isso existe no Congresso Nacional a CPI do Roubo de Cargas, que já adiantou os sérios problemas referentes ao roubo de cargas em Minas Gerais, principalmente no Triângulo Mineiro. Notadamente, a CPI do Narcotráfico já havia visto ligações entre elas no Norte de Minas, especialmente em Montes Claros. Daí, a necessidade de analisarmos aqui a questão.

Parece que o Presidente disse que não tínhamos fato determinado. Está aí um deles: roubo de cargas, além do tráfico de drogas, que é determinadíssimo.

Podemos determinar outro: adulteração de combustível. Há uma máfia misturando os combustíveis, prejudicando toda a população. Isso tem de ser analisado, é um problema do cidadão e, portanto, um problema político.

Queremos chamar a atenção do Presidente Antônio Júlio, sabendo do seu caráter democrático e sério, para que ele preste mais atenção nos argumentos que estamos usando para a instalação dessa CPI. Já foi solicitado à Comissão de Justiça parecer sobre isso, através de requerimento dos Deputados João Leite e Durval Angelo. Solicitou-se que ela possa dar guarida à instalação dessa CPI, além das outras.

Além dessas modalidades de crime organizado que citei, também esbarramos na existência de empresas fantasmas, empresas operadas por laranjas e uma série de outras coisas que se misturaram nas denúncias, que precisam ser apuradas, até porque prejudicam o erário público.

Diria também que as CPIs têm tido papel fundamental no parlamento brasileiro. Não concordo com a idéia de que CPI termina em pizza; pelo contrário. Foi exatamente uma CPI que possibilitou a queda e a derrubada do Presidente Fernando Collor de Mello. As CPIs tanto não acabam em pizza que o Presidente Fernando Henrique Cardoso precisou sepultar essa CPI antes que acontecesse, porque ia dar na queda do próprio Presidente. O esforço que fez não foi à toa. O problema da corrupção nacional ia esbarrar exatamente na sua figura; no mínimo, pela convivência. Agora, ele lava as mãos, como se Jader Barbalho, Antônio Carlos Magalhães e o Senador Arruda nada tivessem a ver com o Presidente da República. Mas quem foram os aliados do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que lhe deram sustentação por todo esse tempo? O Sr. Antônio Carlos Magalhães, como Presidente do Senado, fiel escudeiro de Fernando Henrique; o Sr. Arruda, Líder de Governo... Quem me diz que o painel não foi violado porque o Presidente queria saber dos votos dos Senadores, para chantagê-los? Todos os brasileiros podem fazer essa pergunta, já que o Presidente não quer a CPI. Quem diz que o Senador José Arruda não pegou os nomes e a lista do painel violado para o Presidente da República? É possível que o tenha feito, já que o Presidente não quer apurar. Ora, o Senador Jader Barbalho nada tem a ver com o Presidente Fernando Henrique? Mas, se foi eleito com seu apoio irrestrito, para presidir o Senado? Portanto, todo esse problema da corrupção está a bater às portas da residência do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Então, essa história de que CPI não dá em nada não é verdade. As CPIs têm tido papel importante na história mais moderna do País, após o regime militar. E certamente essas oito CPIs que aqui foram propostas têm muito a contribuir e trazem muito a investigar. O papel fundamental do parlamento hoje, na atual base política, é justamente a investigação - isso se tornou papel fundamental de um parlamentar e de um parlamento no Brasil. Portanto, não me parece a melhor das idéias, simplesmente, com argumentos que não são convincentes, abafar oito CPIs, que receberam, pelo menos, 40 assinaturas de Deputados, cada uma - porque em nenhuma tivemos o mínimo de 26. Assim, termino fazendo um apelo para que o Presidente Antônio Júlio reveja a solução que apresentou, de sepultar as CPIs, para que possamos fazer com que a Assembléia Legislativa exerça o seu papel de investigação, que é fundamental.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/5/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.984, 2.035, 2.039, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Rogério Gonçalves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Jovanildo Edson Rodrigues do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando Sandra Teixeira Gomes do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Jovanildo Edson Rodrigues para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Rogério Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Sandra Teixeira Gomes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.189, de 16/11/99, e 5.198, de 21/5/2001, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 22/5/2001, João Franco Filho do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assessor Executivo de Planejamento e Controle, padrão S-01, código AL-DAS-3-01.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

exonerando Sérgio José Barcelos do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor-Geral, padrão S-01, código AL-DAS-3-01.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.176, de 6/11/97, assinou os seguintes atos:

exonerando Eduardo Vieira Moreira do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário da Diretoria Legislativa, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

exonerando Leonardo Claudino Graça Boechat do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário da Assessoria de Planejamento Estratégico, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

exonerando Ramiro Batista de Abreu do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário da Diretoria de Informação e Comunicação, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

exonerando William de Gouvea Norton do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário da Diretoria Administrativa e Financeira, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

exonerando Cláudia Sampaio Costa do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/2001, assinou o seguinte ato:

nomeando João Franco Filho para o cargo em comissão de Diretor-Geral, padrão S-01, código AL-DAS-3-01;

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/2001, assinou os seguintes atos:

nomeando Eduardo Vieira Moreira para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral da Mesa, padrão S-01, código AL-DAS-3-02;

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/2001, assinou os seguintes atos:

nomeando Cláudia Sampaio Costa para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria Legislativa, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Evamar José dos Santos para o cargo em comissão de recrutamento limitado Diretor da Diretoria-Geral Adjunta, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Leonardo Claudino Graça Boechat para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Planejamento e Finanças, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Neusa Maria Pampolini para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Administração e Recursos Humanos, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Ramiro Batista de Abreu para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2001

Data de julgamento da habilitação: 22/5/2001.

Objeto: aquisição de fitas de encadernação e toner para impressora Xerox e removedor de película para uso em xerografia.

Licitantes habilitadas: para os itens 1.1 a 1.6 (produtos da marca Xerox): Xerox Comércio e Indústria Ltda., MG Toner Ltda., Lopes & Rubinger Informática Ltda., Papelaria Ética Ltda., Asa Sul Informática Ltda., César Reis Office Products Ltda., Oásis Distribuidora Ltda., Microtécnica Informática Ltda. e Papelaria Nossa Senhora das Mercês Ltda. Para os itens 1.1, 1.2, 1.5 e 1.6 (produtos da marca Xerox) e para os itens 1.3 e 1.4 (produtos da marca Select Plus ou da marca Xerox): Laser Toner do Brasil Ltda.

Licitantes inabilitadas: para o item 1.6 (produtos da marca Paulimac): Laser Toner do Brasil Ltda. Para os itens 1.1 a 1.6 (todas as marcas): Componente Eletrônica Ltda.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2001.

Leonardo Claudino G. Boechat, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2001

CONVITE Nº 16/2001

Objeto: contratação de seguro total, por meio de seguradora, sem intervenção de corretores, para os 12 veículos de propriedade da ALEMG, pelo período de 12 meses, a partir de 25/5/2001, incluindo assistência 24 horas, em todo o território nacional. - Licitante vencedora: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais.

#### ERRATAS

RESOLUÇÃO Nº 5.198, DE 21 DE MAIO DE 2001

Na publicação em epígrafe, verificada na edição de 22/5/2001, na pág. 38, col. 2, onde se lê:

"Art. 10 - É facultado, para efeito do benefício previsto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, observada a ressalva do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14 de junho de 1988, e no art. 22 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992, o cômputo total ou parcial do período em que o servidor tenha recebido vantagem pecuniária a título de tarefa especial diária de direção e assessoramento.

Art. 10 - Esta resolução será regulamentada no prazo de noventa dias.

Art. 11 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o "caput" e o § 1º do art. 4º e o art. 9º da Resolução nº 5.134, de 10 de setembro de 1993, o art. 4º da Resolução nº 5.179, de 23 de dezembro de 1997, e o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 5.130, de 4 de maio de 1993.", leia-se:



"Art. 10 - É facultado, para efeito do benefício previsto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, observada a ressalva do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14 de junho de 1988, e no art. 22 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992, o cômputo total ou parcial do período em que o servidor tenha recebido vantagem pecuniária a título de tarefa especial diária de direção e assessoramento.

.....  
Art. 11 - Esta resolução será regulamentada no prazo de noventa dias.

Art. 12 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o "caput" e o § 1º do art. 4º e o art. 9º da Resolução nº 5.134, de 10 de setembro de 1993, o art. 4º da Resolução nº 5.179, de 23 de dezembro de 1997, e o parágrafo único do art. 5º da Resolução n.º 5.130, de 4 de maio de 1993."

#### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.410/2001

Na publicação em epígrafe, verificada na edição de 22/5/2001, na pág. 42, col. 4, onde se lê:

"Art. 10 - É facultado, para efeito do benefício previsto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, observada a ressalva do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14 de junho de 1988, e no art. 22 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992, o cômputo total ou parcial do período em que o servidor tenha recebido vantagem pecuniária a título de tarefa especial diária de direção e assessoramento.

.....  
Art. 10 - Esta resolução será regulamentada no prazo de noventa dias.

Art. 11 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o "caput" e o § 1º do art. 4º e o art. 9º da Resolução nº 5.134, de 10 de setembro de 1993, o art. 4º da Resolução nº 5.179, de 23 de dezembro de 1997, e o parágrafo único do art. 5º da Resolução n.º 5.130, de 4 de maio de 1993.", leia-se:

"Art. 10 - É facultado, para efeito do benefício previsto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, observada a ressalva do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14 de junho de 1988, e no art. 22 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992, o cômputo total ou parcial do período em que o servidor tenha recebido vantagem pecuniária a título de tarefa especial diária de direção e assessoramento.

.....  
Art. 11 - Esta resolução será regulamentada no prazo de noventa dias.

Art. 12 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o "caput" e o § 1º do art. 4º e o art. 9º da Resolução nº 5.134, de 10 de setembro de 1993, o art. 4º da Resolução nº 5.179, de 23 de dezembro de 1997, e o parágrafo único do art. 5º da Resolução n.º 5.130, de 4 de maio de 1993."